

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS

MARCELA LUISA MORETI

ESTUDO DE UM DISPOSITIVO COMUNICACIONAL POLÍTICO VOLTADO À
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE LGBT

SÃO CARLOS, SP

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS

MARCELA LUISA MORETI

**ESTUDO DE UM DISPOSITIVO COMUNICACIONAL POLÍTICO VOLTADO À
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE LGBT**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Letras da Universidade Federal de
São Carlos para a obtenção do título de Bacharel em
Linguística. Orientadora: Profa. Dra. Luciana Salazar
Salgado.**

SÃO CARLOS, SP

2016

MARCELA LUISA MORETI

**ESTUDO DE UM DISPOSITIVO COMUNICACIONAL POLÍTICO VOLTADO À
CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE LGBT**

Banca examinadora:

Profa. Dra. Luciana Salazar Salgado
(Universidade Federal de São Carlos)

Prof. Dr. Luiz André Neves de Brito
(Universidade Federal de São Carlos)

São Carlos, 15 de janeiro de 2016.

apocalipse

então era serena

a face de deus

ao final da amarelinha.

Matheus Torres

Agradecimentos

Agradeço aos próximos e aos distantes.

Aos que não me deixaram desistir apesar de muito pensar.

Agradeço à orientação da professora Luciana Salazar Salgado que também não desistiu de mim depois de tanto tempo. Ao professor Luiz André Neves de Brito por sua disponibilidade, interesse e contribuição valiosa ao meu trabalho.

Agradeço aos colegas do Grupo de Pesquisa Comunica e aos da graduação por somarem ideias e reflexões importantíssimas.

Agradeço à minha família por me proporcionarem chegar a esta fase e por levarem a me questionar de diversas formas.

Agradeço às meninas de casa, pelos cafés, conversas, insights e convivência.

Ao André por me dar a luz sobre meu objeto de estudo.

A Ivana, por sempre acreditar em mim.

A Sarah, por me acalmar e me dar forças.

A Lorena, por ver minhas “cores verdadeiras” e por sempre me fazer enxergar além do óbvio.

A Math, por deixar tudo mais lírico a minha volta.

“Gratidão”.

Resumo

Este Trabalho de Conclusão de Curso levanta reflexões feitas durante a pesquisa para sua elaboração, no âmbito do Grupo de Pesquisa Comunica – inscrições linguísticas na comunicação (CNPq) e também em vivências individuais e com o Coletivo TRÁ! de Diversidade Sexual e de Gênero de São Carlos. Pretende-se apontar levantamentos acerca de temas que circundam a diversidade sexual e de gênero, tais como: sexualidade, visibilidade, identidade de gênero.

Já de início surgem algumas problemáticas a serem discutidas acerca do material a ser estudado: Manual de Comunicação? Comunicação LGBT? Mas do que se trata?

Este dispositivo comunicacional, publicado no ano de 2010, e elaborado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) se propõe a minimizar “maus usos” de termos que se referem a questões e designações do movimento “LGBT” (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), somando, assim, na luta por direitos e conquistas sociais desta “minorias”, bem como na construção de uma identidade desta “comunidade”.

Tendo como arcabouço teórico a Análise do Discurso de linha francesa, este trabalho se propõe a estudar discursivamente o objeto, mobilizando, nesse sentido, formulações do teórico Dominique Maingueneau, especialmente alguns de seus conceitos, tais como: cenas da enunciação, primado do interdiscurso, semântica global e ethos - para apontar algumas estratégias discursivas utilizadas para compor esse objeto editorial, que é utilizado para legitimar uma causa [luta] por meio da produção de uma discursivização “correta.”

Dito isso, temos que a nossa hipótese de trabalho é de que este manual reproduz um paradoxo: conquista-se espaço nas políticas públicas para esta parcela da população, mas reforçam-se os estereótipos acerca das identidades e relações de gênero dessa comunidade. O material se coloca como defensor dos direitos LGBT, mas ao mesmo tempo define, limita e muitas vezes se contradiz ao apresentar suas definições.

Palavras-chave: Análise do Discurso; diversidade sexual; LGBT; comunicação.

Abstract

This Final Paper raises reflections while searching for their preparation under the Research Group Comunica - linguistic reflections on communication (CNPq) and also on individual experiences and with Coletivo TRÁ!, a Collective of Sexual Diversity and Gender of São Carlos. It is planned to point out surveys about issues surrounding sexual diversity and gender, such as sexuality, visibility, gender identity.

Right from the start arise some problems to be discussed: Communication Manual? LGBT communication? But what is this about?

This communication device, published in 2010, and prepared by the Brazilian Association of Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender (ABGLT) aims to minimize "misuses" of terms that refer to questions and assignments of the movement "LGBT" (Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender), adding therefore the struggle for social rights and achievements of this "minority" as well as in building an identity of "community."

By the theoretical framework of Discourse Analysis, this study aims to analyze discursively the object, mobilizing in this sense, the theoretical Dominique Maingueneau and some of his concepts, such as scenes of the enunciation, the rule of interdiscourse, global semantics and ethos - that will help point out some discursive strategies used to compose this editorial object, which is used to legitimize this fight by producing a discursivization "correct."

That said, we have our working hypothesis is that this manual reproduces a paradox: conquest space in public policies for this population, but reinforce stereotypes about the identities and gender relations of that community. The material is placed as a defender of LGBT rights, but at the same time sets limits and often contradicts itself by presenting their definitions.

Keywords: Discourse Analysis; sexual diversity; LGBT; communication.

Sumário

<i>Introdução</i>	8
Capítulo 1: quem são os LGBTs?	10
1.1. Considerações Iniciais: referências históricas do movimento LGBT no Brasil	10
1.2. O movimento no Brasil	16
1.3. Mudanças e conquistas na legislação	18
1.4. O quadro atual e as problematizações	21
Capítulo 2: O Manual de Comunicação LGBT.....	26
2.1. O editorial e a construção identitária	27
2.2. Cenografia: diversos tons	32
2.3. Ancoragem em uma instituição	36
Capítulo 3: Aprofundamento da abordagem Teórica	38
3.1. Cenas de Enunciação	42
3.1.1. A questão dos gêneros discursivos	43
3.2. O jogo de instabilidades	45
3.3. Os apagamentos	52
<i>Considerações finais: as vivências e o paradoxo</i>	57
Referências Bibliográficas	62

Introdução

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) formulou-se a partir de questionamentos e vivências, além de reflexões feitas no âmbito do Grupo de Pesquisa COMUNICA – inscrições linguísticas na comunicação (UFSCar/CNPq), em um período em que questões de sexualidade e gênero têm sido pauta nas grandes mídias brasileiras por meio de polemizações envolvendo nomes como Marco Feliciano¹ e Jair Bolsonaro², e, nas eleições de 2014, com os presidenciáveis Levy Fidélis³ e Luciana Genro⁴.

Ainda sobre este período, o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) apontou um levantamento, que foi divulgado por alguns veículos da mídia, sobre o atual Congresso Nacional eleito ser o “mais conservador desde o fim da ditadura⁵” por contar com, por exemplo, “pelo menos 30 deputados na Bancada da Segurança, 52 na Evangélica e 190 na Empresarial”.

Dito isso, podemos exemplificar o embate que se deu entre as manifestações do movimento LGBT e as bancadas conservadoras do Congresso no que diz respeito à construção dos Planos Municipais da Educação (PMEs) do ano de 2015. O embate se deu devido à tentativa de recuperação dos movimentos pró-LGBT da inclusão de temas como “orientação sexual” e “identidade de gênero” suprimidos anteriormente durante a votação do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014).

Na conjuntura dada acima, surge a curiosidade sobre o seguinte material instrucional: o Manual de Comunicação LGBT. Este material foi construído em decorrência da V Conferência

¹ Marco Feliciano é pastor e presidente da Igreja Assembleia de Deus Catedral do Avivamento, também atua como Deputado Federal pelo Estado de São Paulo. Ficou em foco na mídia quando foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil. Exerceu o cargo durante o ano de 2013 e na época ficou conhecido por declarações polêmicas, principalmente sobre os temas como direitos dos homossexuais e direito ao aborto.

² Jair Bolsonaro é militar da reserva e atua como Deputado Federal pelo Estado do Rio de Janeiro. Ficou conhecido na mídia por suas declarações polêmicas sobre temas como, por exemplo, homossexualidade, racismo, sexismo, defesa da tortura e do regime militar no Brasil. Mais recentemente, foi condenado a indenizar a deputada Maria do Rosário por uma fala realizada em plenário, em dezembro de 2014, na qual o deputado afirmou que não estupraria sua colega de trabalho porque ela “não merecia”. A condenação previu uma indenização de R\$ 10 mil além de uma retratação pública das ofensas por ele proferidas.

³ Levy Fidélis é fundador do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) e concorreu à Presidência da República diversas vezes, ficando em foco na mídia, no ano de 2014, por seu discurso conservador e principalmente por uma declaração em rede nacional considerada de forte cunho homofóbico.

⁴ Luciana Genro é uma das fundadoras do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e concorreu à Presidência da República em 2014, ficando conhecida por levantar temas considerados tabus nas eleições, como, por exemplo: criminalização da homofobia, direitos dos homossexuais, descriminalização do aborto, entre outros.

⁵ Exemplo de reportagem sobre o tema disponível em:

<<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-o-fim-da-ditadura-diz-Diap/4/31948>>. Acesso em: 08 setembro 2015.

Regional da ILGA-LAC (*International Lesbian, Gays, Bisexual and Intersex Association in Latin America and Caribbean*), no ano de 2010, elaborado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais (ABGLT), da qual falaremos mais detalhadamente ao longo deste trabalho.

Este dispositivo se propõe a normatizar o uso, principalmente no que diz respeito à área da comunicação, de termos referenciais aos temas relativos à sexualidade, à diversidade sexual, identidade de gênero etc., acreditando que esta ação minimizaria os preconceitos e estereótipos negativos voltados à comunidade LGBT como um todo.

Para analisá-lo, este trabalho se dividirá em três partes principais. A primeira parte será a responsável por pautar quais são e qual a importância de determinadas estratégias discursivas utilizadas para conquistas da comunidade em questão, além de um breve histórico do movimento político do qual falamos e a descrição detalhada do nosso objeto de pesquisa.

A segunda parte se ocupará da apresentação teórica dos conceitos de Dominique Maingueneau, mais especificamente os de cenas da enunciação e ethos discursivo, apoiados nos princípios do primado do interdiscurso e da semântica global, que conduzem a análise deste trabalho.

Na terceira parte deste trabalho contaremos com o apontamento dos dados encontrados, além do detalhamento dos mecanismos discursivos utilizados no e pelo objeto em questão para reforçar uma identidade LGBT e legitimar sua luta por direitos por meio da produção de uma discursivização “correta”.

Capítulo 1: quem são os LGBTs?

1.1. Considerações Iniciais: referências históricas do movimento LGBT no Brasil

No mundo da vida, não encontramos a mulher, o gay, a lésbica, a transexual. Essas marcas identitárias são abertas e problematizadas. (Colling, L. 2011, p. 79)

Para tratar das condições de produção que caracterizam o Manual de Comunicação LGBT em tela, é necessário localizarmos o momento sócio-histórico no qual o nosso objeto de estudo está inserido. Para tanto, será apresentado um breve histórico do movimento LGBT, bem como alguns outros fatos de grande importância para o mesmo ao longo dos anos.

Para realizar a análise a que nos propusemos, não é possível desconsiderar o que tem sido referido pelo conceito “movimento LGBT”. É imprescindível pontuar que o que leva uma determinada população a resultados e articulações de lutas e buscas por direitos são fatores culturais e sociais, ou seja, cada conjuntura se dá distintamente. A exemplo disso, é possível citar o Supremo Tribunal da Índia que reconheceu legalmente, em 15 de abril de 2014, a existência do terceiro gênero, o que desencadeia inúmeras outras decisões que auxiliam a proteção social a esta parcela da população no país.

Sabe-se que temas relacionados a homossexualidade e gênero são antigos, havendo documentações e referências aos temas desde a arte pré-histórica tanto na pictografia e como nos hieróglifos de culturas antigas e mesmo milenares. No livro “História e Sexualidade no Brasil”, de organização de Ronaldo Vainfas (1986), por exemplo, encontram-se relatos e documentos de acontecimentos ligados ao tema desde o Brasil colonial.

Dito isso, é preciso registrar nossa delimitação de pesquisa: “o movimento LGBT” aqui pautado diz respeito especificamente à história das lutas contemporâneas e ocidentais, que nos levarão à maior influência da construção das identidades que compõem esse movimento no Brasil, marcadamente o movimento que se delineou nos Estados Unidos da América.

Nos Estados Unidos, de certo modo *locus* precursor de um movimento organizado, o movimento LGBT teve seu *boom* a partir de 1969, em Nova Iorque, com a chamada “Revolta de Stonewall”. Nesse período, a homossexualidade era considerada crime e havia leis que instituíam, por exemplo, o número de peças de roupas condizentes com o gênero designado no nascimento de

cada pessoa. Ou seja, era obrigatório o uso de pelo menos 3 peças de roupa que “garantissem” a demonstração pública do gênero de cada um, sob pena de prisão.

Nesse cenário havia muita repressão e violência por parte da polícia. Pessoas que não se encaixavam no padrão heteronormativo⁶ eram perseguidas e agredidas verbal e fisicamente. Para a população, eram motivo de medo e repulsa, o que acarretou para muitos na perda de suas famílias, empregos e amigos, tornando-se moradores de rua. Para encontrarem um lugar onde poderiam ser livres para exercer sua sexualidade, seus destinos eram os bares clandestinos, muitas vezes comandados pela máfia, que, por sua vez, subornava a fiscalização policial para manterem-se em funcionamento.

Um desses bares era o *Stonewall In*, local que marcou, em 28 de junho de 1969 (e continuando com atos nos dias seguintes), a primeira revolta dessa população marginalizada contra os policiais e seus frequentes abusos. O protagonismo dessa luta partiu das pessoas negras, não-heterossexuais, moradores de rua, *drag queens* e *drag kings*, aqueles que não tinham nada a perder. Existem diversos depoimentos de pessoas que participaram desse episódio que se tornou um marco para o movimento LGBT. Alguns destes depoimentos podem ser assistidos em documentários⁷ e vídeos de entrevistas⁸ em canais e sites pró-movimento LGBT.

Segundo os relatos documentados, como nos indicados em nota, na madrugada do dia 28, a polícia, como de costume, invadiu um bar para suas batidas à procura de detenções que fossem “alvos fáceis”. Nesta noite em questão, havia poucos policiais em serviço, o que não os impediu de enfileirar alguns frequentadores do bar para que fossem detidos. A resistência a estes atos não era comum, uma vez que já se naturalizara essa ação, no entanto, nesta noite, durante a ação muitos dos frequentadores dos arredores amontoaram-se do lado de fora do bar.

Não se sabe ao certo qual foi o estopim para a revolta dessa população, pois cada relato ou pesquisa desenha uma versão, porém o que se sabe é que foram os atos violentos da polícia que despertaram a resistência dos que estavam sendo detidos, incitando a multidão do lado de fora do bar a resistir também. O caos foi instaurado e os manifestantes reagiram, obrigando os policiais

⁶ Aqui, *heteronormatividade* refere-se à relação de binaridade (tanto em relação à orientação sexual – homem se relaciona sexualmente com mulher –, quanto na relação de identidade de gênero – identidade conivente com a designada no nascimento). Utilizaremos este termo para fazer referência à parcela da população considerada LGBT, mas é necessário apontar que existem pessoas transgêneras que seguem o padrão heteronormativo tido como vigente na sociedade atual. Discorreremos mais detalhadamente sobre estas questões ao longo do texto.

⁷ Cf., por exemplo, documentário chamado “A Revolta de Stonewall”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>>. Acesso em: 18 agosto 2015.

⁸ Cf., por exemplo, entrevista “La notte di Stonewall: la testimonianza di Sylvia Rivera”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vr5lmKRp6CY>>. Acesso em: 18 agosto 2015.

presentes a se refugiarem dentro do bar. Enquanto isso, a rebelião crescia tomando proporções enormes: parquímetros quebrados, latões de lixo incendiados, postes de luz derrubados etc. A revolta continuou mesmo depois da chegada de reforços policiais, o que só aumentou o confronto.

Na noite seguinte, o confronto foi ainda maior e mais violento. A revolta da noite de 28 de junho uniu a parcela marginalizada (os moradores de rua, rejeitados pela família etc.) dos não-heteronormativos ao movimento ativista conservador, (ou seja, o movimento que reforçava a binaridade de gênero e, conseqüentemente, excluía a parcela “T” do movimento) já existente desde a década de 1950.

A *Daughters of Bilitis* foi a primeira organização para defesa dos direitos das lésbicas e a *Mattachine Society*, o primeiro movimento organizado dito “homófilo” (pró-homossexuais) dos Estados Unidos. Os integrantes da Sociedade de Mattachine articulavam passeatas com placas com dizeres em favor aos direitos dos homossexuais, usavam vestimentas formais (homens de terno e gravata e mulheres de vestido) e dialogavam com o estado.



Figura 1 - The Mattachine Society, 1965⁹.

No ano seguinte à revolta de Stonewall aconteceu a primeira grande marcha em favor dos direitos homossexuais, marcha esta que daria início ao que hoje chamamos de “Parada do Orgulho LGBT” e o Dia Internacional do Orgulho LGBT.



Figura 2 - Primeira Marcha do Orgulho LGBT em Nova Iorque, 1970¹⁰.

⁹ Disponível em: <<https://elizabethcatte.files.wordpress.com/2015/03/1965-gay-picket.png>>. Acesso em: 09 setembro 2015.

A importância desta data foi tanta e levantou, ao longo dos anos, tantas discussões e contradições, que, para exemplificar um pouco desse debate, trazemos um documento criado pelo quadrinista Mike Funk, publicado em 2012 em seu *flickr*¹¹ e traduzido para o português pelo site <http://www.ladobi.com/>. A história em quadrinhos intitulada *Stonewall 1969*¹² mostra como, desde então e até os dias atuais, são reivindicados diversos apagamentos e invisibilidades a algumas das identidades do movimento dito LGBT. Nos trechos abaixo, vemos claramente este debate.



Figura 3 - Trechos do Quadrinho Stonewall 1969.

A visibilidade e o protagonismo de determinada parcela dessa população, neste caso as então *drags*, são reivindicados dentro do movimento, que se vê em segmentações bem

¹⁰ Disponível em: < <http://www.reguliers.net/history-gaypride.php>>. Acesso em: 03 setembro 2015.

¹¹ Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/mkfunk/sets/72157634381061896/with/8222682370/>>. Acesso em: 15 agosto 2015.

¹² Quadrinho traduzido disponível em: <<http://www.ladobi.com/2013/10/revolta-stonewall-recontada-quadrinhos/>>. Acesso em: 15 agosto 2015.

demarcadas. É muito importante pontuar que neste cenário ainda não existiam no movimento os termos *transsexual* e *transgênero*, os termos adotados eram *drag queen* e *drag king* (que atualmente possuem definições diferentes das da época), ou *transvestites* – o equivalente a travesti ou travestidas. Esta parcela, ainda não muito reconhecida, era considerada extravagante e muitos ativistas conservadores também as repudiavam.

Duas personagens protagonistas da revolta, uma delas pioneira na luta pelos direitos de transexuais e transgêneros nos Estados Unidos, são Marsha P. Johnson e Sylvia Rivera. Juntas fundaram o *Street Transvestite Action Revolutionaries* (STAR), um grupo dedicado a ajudar *drag queens* e travestis moradoras de rua e mulheres transexuais negras.



Marsha P. Johnson
Mulher trans
Drag Queen
Ativista LGBT
Heroína

A primeira pessoa a jogar
um tijolo em Stonewall
Líder da Revolta de
Stonewall

Nunca esqueça



Sylvia Rivera
Mulher trans
Drag Queen
Ativista LGBT
Heroína

A primeira pessoa a jogar
uma garrafa em Stonewall
Líder da Revolta de
Stonewall

Nunca esqueça

Figura 4 - Imagens publicadas na página do Facebook “Mulheres da História”.

Um exemplo de que esta invisibilidade se perpetua como pauta até os dias atuais é o longa-metragem norte-americano intitulado “Stonewall”, dirigido por Roland Emmerich, cujo lançamento aconteceu em 25 de setembro de 2015. O filme está sendo alvo de críticas e incitações de boicotes¹³ por apresentar o protagonismo de um homem branco cisgênero¹⁴. A *Gay-Straight Alliance Network* elaborou um abaixo-assinado¹⁵ pelo boicote do filme, pedindo às pessoas que não o assistam e não o apoiem, pois ele não retrata os esforços de pessoas não-brancas, transgêneras, mulheres e *drag queens* no episódio histórico.

1.2. O movimento no Brasil

Sob forte influência do movimento pós-Stonewall iniciado nos Estados Unidos, o movimento LGBT surge no Brasil no final da década de 1970, passando por muitas fases e agregando demandas distintas que, conseqüentemente, influenciaram, inclusive, em sua denominação.

No Brasil, foi preciso esperar dez anos para que os primeiros movimentos pró-gay começassem a dar as caras, no início dos anos 1980: em São Paulo, com a fundação do histórico grupo Somos; no Rio, com o jornal *Lampião*; em Salvador com a criação do Grupo Gay da Bahia, o primeiro a conseguir registro em cartório. Eram grupos que passavam a dar mais visibilidade aos não-heterossexuais e lutavam pelo reconhecimento de seus plenos direitos. (Colling, L. 2011, p. 157)

Ainda como parte do grupo Somos de Afirmação Homossexual citado acima, algumas lésbicas também se articularam organizando um subgrupo específico, denominado Ação Lésbico-Feminista – LF (Green, N. James. 2014, p. 129). A invisibilidade também era grande, de forma que, por exemplo, as lésbicas conseguiram publicar um artigo no então *Lampião da Esquina*¹⁶ apenas em sua edição de número 12, ou seja, “no exemplar de comemoração de um ano de existência do *Lampião*” (Green, N. James. 2014, p. 134).

¹³ Disponível em: <<http://www.paramocinhos.com.br/2015/08/abaixo-assinado-pede-boicote-longa.html>>. Acesso em: 15 agosto 2015.

¹⁴ O termo *cisgênero* diz respeito ao conceito utilizado para fazer referência àquelas pessoas que se identificam com o sexo biológico designado a elas no momento do seu nascimento. Este termo será discutido mais detalhadamente adiante.

¹⁵ Disponível em: <<https://unite.gsanetwork.org/petitions/boycott-2015-stonewall-movie?source=twitter-share-button>>. Acesso em: 9 setembro 2015.

¹⁶ O *Lampião da Esquina* foi um jornal que circulou durante os anos de 1978 e 1981. Era conhecido como um jornal homossexual e funcionou como um importante instrumento político para a luta e as causas LGBT durante o período da ditadura no Brasil. Disponível em: <<http://www.grupodignidade.org.br/blog/cedoc/jornal-lampiao-da-esquina/>>. Acesso em: 15 agosto 2015.

O LF integrou a Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista, em março de 1980, no qual “a participação das lésbicas (...) não foi bem-aceita, já que pela primeira vez se colocava a questão da sexualidade e do prazer sexual da mulher como uma possibilidade e um direito” (Green, N. James. 2014, p. 129).



Figura 5 - Capa da Edição 12 – maio 1979 de Lampião da Esquina.

Mais adiante, em 1996, se articulou o Seminário Nacional de Lésbicas, atualmente conhecido como SENALE, “um espaço de interação político pedagógico nacional construído por Lésbicas e mulheres Bissexuais no Brasil, com a finalidade de discutir, refletir e propor ações para intervir nas políticas públicas, através da construção coletiva, na busca por direitos e dignidade, pela livre expressão das sexualidades e pela diversidade de orientação sexual e identidade de gênero¹⁷”.

¹⁷ Descrição disponível em: <<https://senale.wordpress.com/historia/>>. Acesso em: 12 dezembro 2015.

Foi neste encontro, que se mantêm constante até hoje (já teve sete edições), na cidade do Rio de Janeiro, que se estabeleceu o 29 de agosto como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica.

Também, com menor visibilidade, “Em 1992, surge o primeiro grupo de Travestis, o Astral”, que segundo Keila Simpson¹⁸, protagonizou “o Entlaids – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na prevenção da Aids” (Colling, L. 2011, p. 183). Vale pontuar, aqui, a importância da luta desse movimento contra a disseminação do vírus HIV e da Aids, uma vez que “quando se percebe que a Aids é uma questão de saúde pública, e não coisa de alguns grupos de riscos, aí surge o processo de interlocução do Estado com o movimento” (Colling, L. 2011, p. 186).

No entanto, para que população LGBT brasileira fosse às ruas, demorou um pouco mais: “Entre 1995 e 1997 surgiram as primeiras Paradas do Orgulho LGBT” (Colling, L. 2011, p. 157).

1.3. Mudanças e conquistas na legislação

Uma mudança importante no âmbito das identidades e da visibilidade dessas identidades ao longo de seu desenvolvimento e construção é a denominação do próprio movimento: anteriormente conhecido como GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), o movimento tornou-se de “Gay e Lésbico” para “GLBT” – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis, e excluiu a demanda externa a estas identidades (o “S” da sigla inicial). E somente em 2008 (entre os dias 05 e 08 de junho), por uma questão de visibilidade, e por demandas do movimento feminista e dos direitos da mulher, durante a primeira “Conferência Nacional GLBT¹⁹ – Direitos Humanos e Políticas Públicas”, que aconteceu na cidade de Brasília, alterou-se a ordenação das letras da sigla colocando o “L” à frente (LGBT), como é utilizado hoje. Essa mudança ocorreu pela reivindicação de ativistas e representantes lésbicas do movimento LGBT por um reconhecimento e valorização do termo que as referencia, além de uma tentativa de aproximação com a nomenclatura já adotada em outros países do mundo.

Outra mudança que merece destaque é a alteração do termo “homossexualismo” por “homossexualidade”:

¹⁸ Keila Simpson é mulher transexual, ativista e 1ª Vice-Presidenta da ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) durante o período de 2013 a 2016.

¹⁹ É importante destacar que este foi o primeiro evento desta amplitude a discutir oficialmente políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Convocado a partir de Decreto presidencial de 28 de novembro de 2007, a Conferência tornou possível a discussão e a realização de demandas nas diversas áreas da sociedade, como educação, saúde, etc.

Segundo o próprio material aqui estudado, a mudança se deu em 1973 quando os Estados Unidos retiram o termo homossexualismo “da lista de distúrbios mentais da *American Psychology Association*” (ABGLT. 2010, p. 11) adotando, então, o uso do termo homossexualidade. Existem alguns embates a respeito dessa alteração, e até hoje ainda são utilizados ambos os termos, porém, devido à etimologia do termo homossexualismo estar associada ao campo de patologias, dentro do movimento LGBT esse termo é considerado negativo, pejorativo.

Neste caso, nos interessa mostrar que, a partir dessa alteração, a luta por essa identidade conquistou, em fevereiro de 1985 a retirada, pelo Conselho Federal de Medicina, “do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da *Classificação Internacional de Doenças*” (CID) do Brasil (ABGLT. 2010, p. 11). Mais adiante, em 1990, o termo foi retirado mundialmente da CID e, em 1999, o Conselho Federal de Psicologia formulou uma Resolução “considerando que ‘a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio, nem perversão’” (ABGLT. 2010, p. 11).

Ao chegarmos a este ponto de discussão, não é possível deixar de apontar que nesse âmbito há uma luta ainda em andamento: a despatologização da transexualidade/transgeneridade.

De acordo com o DSM-5,
essas pessoas são “disfóricas de gênero”.

O CID-10 apresenta a categoria “transtornos de identidade sexual”,
onde se enquadra o “transexualismo”.

Figura 6 - Trecho do documentário *Vozeria* (2015), 15’07’.

A mesma busca que se deu acerca do termo “homossexualismo” continua em andamento para o termo “transexualismo”. Porém, no caso em tela, existe a dificuldade em alinhar a pauta de luta, uma vez que muitas pessoas transexuais e transgêneras buscam pelo chamado “processo

transexualizador²⁰” que implica no tratamento à base de hormônios e, em alguns casos, cirurgias de redesignação sexual. Para a realização de ambos os casos, é necessário um (ou mais) laudo(s) de psiquiatras e psicólogos, de modo a legitimar mudanças físicas nos corpos dessa parcela da população.

Outra mudança que merece destaque aconteceu em 5 de maio de 2011, quando o Supremo Tribunal Federal reconheceu como “entidade familiar” a união estável entre “pessoas do mesmo sexo”, derrubando a expressão “homem e mulher”, a saber: “Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Art. 1.723. É reconhecida como entidade familiar a união estável entre **o homem e a mulher**, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família.” (grifos meus).

O reconhecimento se deu a partir do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4722 conjuntamente com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 132 – RJ, documentos que alegam a inconstitucionalidade desse não reconhecimento pelo Estado, avaliando tal ação como uma conduta violenta e discriminatória e apontando como uma necessidade “excluir qualquer significado do artigo 1.723 do Código Civil que impedisse o reconhecimento desta união”. (BRITTO, Min. Ayres. ADI 4277 – União estável homossexual.²¹)

A partir dessa data, muitos casais não heteronormativos puderam efetuar sua união estável e muitos deles também tentaram convertê-la em casamento. Porém, com a divergência da aceitação por parte dos tribunais estaduais, a luta por direitos deu continuidade a essa pauta.

Foi então que o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 175, de 14 de maio de 2013 – publicada em 15 de maio de 2013 –, que autorizou, por fim, o casamento entre pessoas do mesmo sexo (tanto por habilitação direta quanto por conversão da união estável), além ter sido vedada qualquer recusa a operar tais ações.

Partindo desses dados, podemos verificar a relevância da língua, neste caso especificamente no que diz respeito às paráfrases de determinados termos, para este movimento em que o Manual que estudamos está inserido: são utilizadas diferentes formas de retomada que balizam os efeitos de sentido transmitidos em cada forma. Ou seja, podemos afirmar que esse movimento é um movimento de luta por meio de estratégias linguísticas, mais especificamente, por

²⁰ Atualmente, no Brasil, o Sistema Único de Saúde (SUS) atende pacientes para o processo transexualizador.

²¹ Disponível em: <<http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/ADI%204277%20-%20resumo%20-%20STF%20em%20Foco.pdf>>. Acesso em: 08 agosto 2015.

estratégias de designação pautadas pela ordem do discurso, isto é, pelo conjunto de usos que delimitam áreas semânticas para a identificação de condições humanas de vida.

1.4. O quadro atual e as problematizações

Como foi apresentado desde o início deste breve histórico, as identidades são perpassadas por diversos fatores alheios à sexualidade: questões sociais, históricas, econômicas, raciais, entre outras. Muitas vezes as demandas de determinada identidade é uma demanda básica (como direito de usar o Nome Social²², por exemplo), como é o caso da identidade “T” (Transexuais, Travestis e Transgêneros).

Antes de abordar o tema, torna-se indispensável apontar uma estratégia adotada pelo uso do termo “cisgênero” dentro da comunidade LGBT. Ao saber da necessidade de referenciar as pessoas “não-trans” sem colocá-las como o padrão, ou o natural, incorporou-se à língua o termo que indica, etimologicamente, o prefixo cis- "ao lado de" ou "no mesmo lado de", o que faz alusão à identificação daqueles que concordam com a designação de gênero que lhes foi dada ao nascimento.

Em junho de 2015, a palavra “cisgênero” foi incorporada ao
Dicionário Oxford de Língua Inglesa.

Fonte: Jornal Independent

Figura 7 - Trecho do documentário *Vozeria* (2015), 18’20”.

Dito isso, exemplificaremos outros embates relacionados à população “T” apresentando algumas plataformas online que trazem debates acerca desse tema.

²² Termo utilizado para se referir ao nome pelo qual as pessoas transexuais se identificam, é uma alternativa utilizada enquanto o seu registro civil não está adequado a sua identidade e/ou expressão de gênero.

O canal do *Youtube* denominado “transviados²³” é protagonizado por dois homens transexuais, residentes em Salvador, Bahia. No vídeo inicial da página, eles justificam a criação desse canal como sendo uma forma de “micromilitância” que se distancia da que vinham tendo no “movimento trans”, uma vez que esta última se mostrou de alguma forma insatisfatória às suas vivências.

Um vídeo desse canal chama a atenção por tratar especificamente da problemática da invisibilidade, utilizando como chamamento para debate a sigla do movimento. O vídeo, intitulado de “LGB...T?”, levanta algumas tensões que envolvem apagamento e exclusão de temas voltados ao “T” da sigla.

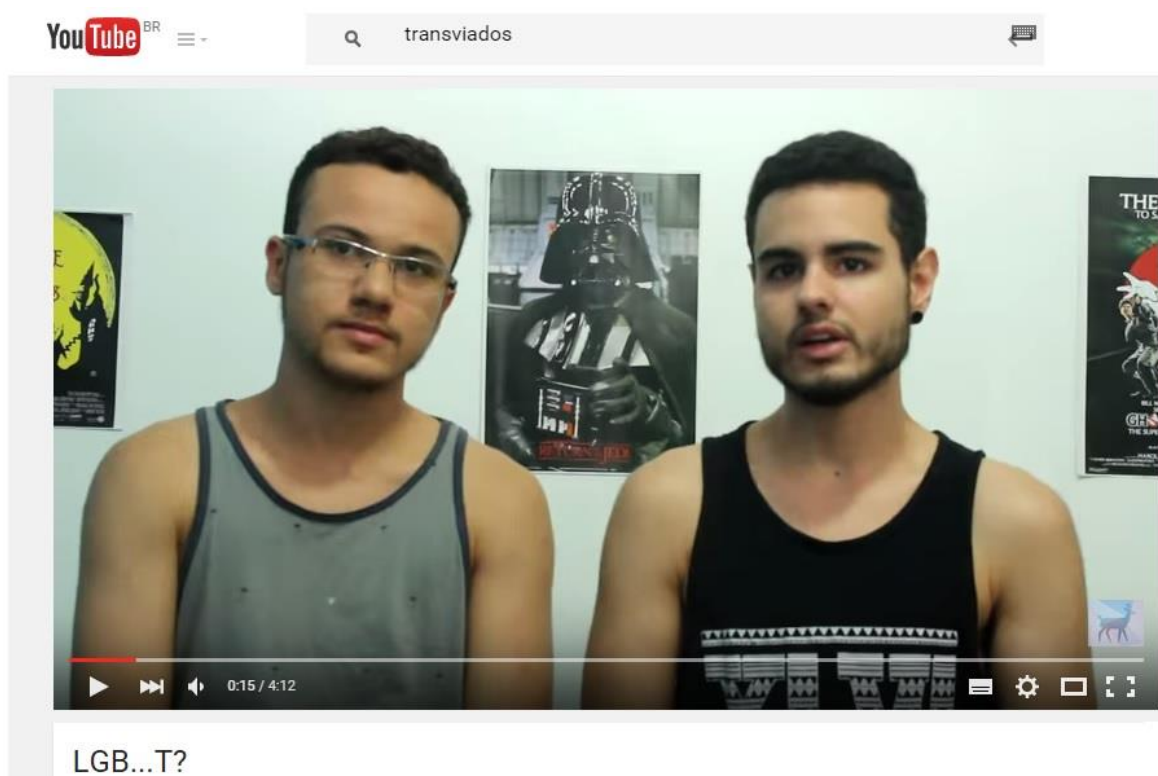


Figura 8 - Página do Canal *Transviados*.

Para os idealizadores do canal, o movimento atual traz pautas que sempre privilegiam o “G” da sigla, formando o que é chamado de “movimento GGGG”, afinal, as partes mais negligenciadas são as que podem abranger também a presença de mulheres, como é o caso das “LBT”. Afirmam que o “movimento gay” geralmente utiliza a sigla “T” apenas para pautar as questões ligadas a crimes e estatísticas, e que, mesmo nestes casos, invisibiliza-se o termo

²³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCvZai8aeihOzCIVqNwVZUDw>>. Acesso em: 21 agosto 2015.


“transfobia” e se enaltece o termo “homofobia”, o que causa, por exemplo, um equívoco na leitura das estatísticas desses casos.

Outra questão que pode ser citada com relação à fluidez das identidades abarcadas nessa única sigla é a questão da diferenciação dos termos “orientação sexual” e “identidade de gênero”: “Além disso, a sigla LGB ainda tem outro problema, que é o significado de cada termo: tem o L, o G e o B, que falam sobre a orientação sexual, e a gente tem o T que fala sobre a identidade de gênero. Então, quando a gente para pra pensar numa pessoa que não tem conhecimento nenhum sobre a comunidade LGBT em geral, ela vai associar as pessoas trans e travestis como se isso também fosse uma orientação sexual”, relata um deles.

No caso abaixo mostramos um embate da página da rede social Facebook do Humaniza Redes²⁴, um programa do governo que propõe um “Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet”, e que tem como objetivo “ocupar esse espaço usado, hoje, amplamente pelos brasileiros para garantir mais segurança na rede, principalmente para as crianças e adolescentes, e fazer o enfrentamento às violações de Direitos Humanos que acontecem online”.

Em uma de suas postagens de incentivo ao respeito à diversidade, a ativista trans Daniela Andrade questiona alguns apagamentos e invisibilidades. A postagem da página divulgava a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo e citava a “homofobia” e como este ato de ódio coloca em risco a vida de muitas pessoas.

²⁴ Disponível em: <<http://www.humanizaredes.gov.br/o-que-e/>>. Acesso em: 21 agosto 2015.


Humaniza Redes

6 de junho · Editado ·


Tá começando o final de semana dedicado à diversidade, com a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo - APOGLBT, que acontece amanhã. E o #HumanizaRedes preparou um conteúdo especial para a data, por um debate tão importante como o do respeito ao próximo e a tolerância.

A homofobia faz vítimas no mundo todo, todos os dias. Estima-se que, a cada hora, um homossexual sofre violência no Brasil. De janeiro a abril deste ano, o #Disque100 já registrou 356 denúncias de violência contra a população LGBT. A maioria das denúncias ocorre por discriminação, violência física e psicológica. E os números de agressões por parte de desconhecidos vêm aumentando gradativamente.

A homofobia é tão absurda que não faz vítimas apenas dentro o objeto de seu preconceito. Os casos de heterossexuais confundidos com homossexuais e assassinados por isso mostram a gravidade e a crueldade da violência direcionada. Nesta semana, Gustavo Guazelli foi agredido após abraçar um amigo e morreu, aos 33 anos, por ser confundido com um homossexual.

Casos como esses e de todos os gays, lésbicas, travestis e transexuais agredidos por serem o que são e assumirem sua orientação sexual e sua identidade de gênero mostram que vivemos com um problema grave, que precisa ser sanado com políticas públicas direcionadas e a conscientização de que a homofobia mata, enquanto o amor constrói. Portanto, vamos escolher o caminho da tolerância e do respeito, sempre.

No final de semana da diversidade e em todos os outros dias do ano, diga não ao preconceito. Vem com a gente na caminhada por mais amor ao próximo, seja da forma que vier: <http://www.paradasp.org.br/> 🏳️🌈
#ParadaGay



**A HOMOFOBIA
MATA,
O AMOR
CONSTRÓI <3**



#HUMANIZAREDES

Figura 9 - Post de 6 de junho na página do Facebook Humaniza Redes.

A ativista, insatisfeita com a postagem da página, reivindicou seus direitos de modo a demonstrar a diferenciação e a linha de invisibilidade em que se encontra. Em seu comentário, Daniela afirmou estar “Cansada desses supostos aliados invisibilizando as pessoas trans. Eu sou uma mulher trans heterossexual, pois **identidade de gênero** não se confunde com **orientação sexual**. Não sofro homofobia, pois a raiz dessa palavra: HOMO diz respeito a uma orientação sexual que jamais foi a minha”.

Ainda em sua fala, podemos mais uma vez exemplificar o que já foi apontado anteriormente, como a questão das demandas básicas, que não são prioridade alguma, segundo ativistas, da letra “G” da sigla: “Antes do direito de amar, pessoas trans estão lutando pelo direito de ser, de usar um banheiro pra fazer coco e xixi em paz, de ter um nome respeitado, de termos direito a ter um emprego. Tudo isso é muito anterior ao direito de amar”.

Com o que foi apontado até agora, pudemos demonstrar a complexidade com que o movimento LGBT se depara ao tentar construir uma unidade identitária, seus membros acabam se encontrando em embates, pois

no mundo, nas relações sociais, há pluralidade. Na esfera política, tudo se passa como se a única forma eficaz de mudar uma dada conjuntura é acionando a máquina binária. Homens versus mulheres, negros versus brancos. Movemos-nos em dois mundos: aqueles de sujeitos concretos e o da esfera política, na qual os sujeitos são ficções. (Colling, L. 2011, p. 80)

Capítulo 2: O Manual de Comunicação LGBT

Como já citado anteriormente, elaborado pela ABGLT, o **Manual de Comunicação LGBT** foi lançado na V Conferência Regional da ILGA-LAC (*International Lesbian, Gays, Bisexual and Intersex Association in Latin America and Caribbean*), no ano de 2010, na cidade de Curitiba, Paraná.

Esta Conferência aconteceu entre os dias 26 e 30 de janeiro de 2010 e contou com a presença de representantes do governo, servidores públicos, além de representantes de 36 países que se propuseram a debater e encaminhar melhorias acerca do tema então proposto: “Promoção da Saúde e Fornecimento de Cuidados em HIV/Aids para Gays, HSH²⁵ e Pessoas Trans na América Latina e Caribe”.

Fruto dessa conferência, o Manual de Comunicação LGBT tem o objetivo explícito de normatizar o uso de termos relativos à sexualidade, à diversidade sexual, etc. O documento é voltado para a área da comunicação social (delimitada pelo próprio Manual como sendo composto por jornalistas, radialistas, publicitários, entre outros) e tem o intuito de “reduzir o uso inadequado e preconceituoso de terminologias que afetam a cidadania e a dignidade de 20 milhões de LGBT no país, seus familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho” (2010, p. 5).

Para tanto, o Manual é dividido em doze capítulos, sendo eles:

- 1) Sexualidade;
- 2) Orientação sexual;
- 3) Identidade de gênero;
- 4) Atitude social;
- 5) Homofobia;
- 6) Aids;
- 7) Política e militância;
- 8) União estável e família;

²⁵ Sigla para “homens que fazem sexo com homens”.

- 9) Religião;
- 10) Datas;
- 11) Símbolos do movimento LGBT;
- 12) a ABGLT.

O documento possui ainda quatro anexos:

- a) Código de Ética dos Jornalistas;
- b) Projeto de Lei da Câmara Federal 122/06 (a respeito da criminalização da homofobia);
- c) Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (a respeito de como lidar com a questão da orientação sexual);
- d) Projeto de Lei 4.914/09 (a respeito da união estável de casais homossexuais).

A circulação impressa desse Manual se deu por uma tiragem de 5.000 cópias distribuídas em seu lançamento e envio para o *mailing* da mídia nacional em formato digital.

Desde seu lançamento até o início do ano de 2015, também era possível encontrar facilmente o material no site oficial da ABGLT (<http://www.abglt.org.br/>) em formato .pdf para *download* gratuito e livre. No entanto, o *site* encontra-se atualmente fora do ar temporariamente, segundo informado pela 2ª Vice-Presidenta da associação, Guilhermina Cunha. Vale citar, ainda, que no site da ABGLT também estavam disponíveis versões traduzidas para o inglês e o espanhol.

2.1. O editorial e a construção identitária

Uma das características que chama a atenção de imediato é a abundância de cores, condizendo com a identidade construída sobre a comunidade LGBT, que tem como símbolo maior a bandeira com seis cores do arco-íris – são apenas seis cores (e não sete, como é culturalmente aprendido no Brasil) por ter sido utilizada pela primeira vez no movimento homossexual “para a Parada Gay da Liberdade de São Francisco, em 1978” (2010, p. 40) e incorporada aqui no Brasil. A cor principal que estampa o fundo e a capa do documento é a cor roxa, a qual poderíamos

considerar como a junção das cores ‘rosa’ e ‘azul’ que, por sua vez, são as cores que, na sociedade ocidental, simbolizam os gêneros *feminino* e *masculino*, respectivamente.

Se considerarmos, a respeito das cores, que:

A partir de conceitos dos estudos dos russos e dos estruturalistas do Círculo de Praga, e retomando conceitos de Lotman e Jakobson, Bystrina apresentou a estrutura fundamental dos códigos terciários, que é construída sobre oposições: ela é *binária*, a binaridade é organizada em *polaridades* e a polaridade é *assimétrica*” (GUIMARÃES, L., 2000, p. 90).

Podemos entender que existe aqui uma tentativa de quebrar com esta binaridade, com a relação de “opostos” culturalmente imposta:

Algumas vezes, atribuímos oposições na união, como é o caso das vestimentas nos rituais de casamento. Como, normalmente, há um elemento masculino e um feminino na união conjugal, a oposição teria um vínculo de origem nas sociedades primitivas da Idade da Pedra. Para Ivanov, há vestígios marcantes de que o masculino relaciona-se não só com o lado direito como também com o lado esquerdo e a cor vermelha (GUIMARÃES, L., 2000, p. 93).

Guimarães complementa:

Atualmente, no entanto, notamos que, nas cerimônias matrimoniais, os casais substituíram o vermelho pelo branco. Segundo Pastoureau, o branco para representar a pureza e a virgindade data de não antes do fim do século XVIII e

*não se impôs verdadeiramente senão no século XIX, quando os velhos sistemas da Reforma Protestante e os da Contra-Reforma católica se juntaram para dar origem àquilo que se chamou de "valores burgueses".*²⁶

Antes disso, a regra era o uso de vestidos vermelhos, apesar de já existir o conceito da cor branca ligada à pureza e virgindade. Mas o fato é que, segundo Pastoureau, não havia a necessidade de ostentar a condição de virgindade na cerimônia (GUIMARÃES, L., 2000, p. 94).

Ou seja, os códigos culturais e suas representações nas cores se dão de maneira binária e em polaridades: às elas são atribuídos valores positivos ou negativos. Guimarães (2000) exemplifica o caso da sinalização de trânsito, na qual ao vermelho é atribuída a valoração negativa (proibição) e ao verde, a valoração positiva (permissão). Essa valoração é assimétrica, pois, segundo o autor, “normalmente o signo que recebe valor negativo é mais forte” (2000, p. 94).

O homem começa a demarcar os pólos binários desde o início da sua existência. (...) Onde não existe perigo não há sinal, não há desafio. Isso significa que os conceitos, ideias ou objetos que não possuem seu

²⁶ Pastoureau, Dicionário das cores do nosso tempo, p. 53, citado por Luciano Guimarães em A Cor como Informação (2000).

*correspondente pólo negativo não podem ser sinalizados, não podem ser demarcados*²⁷ (Bystrina apud GUIMARÃES, L., 2000, p. 95).

Assim, um “padrão de solução” (2000, p. 97) é formado, no qual acontece a supressão da valoração negativa, de modo a inserir um novo elemento à relação binária existente.

Suponhamos a identificação de crianças com bolas nas cores azul e vermelha. O menino recebe a bola azul e a menina a bola vermelha, pois vinculam à dicotomia masculino-feminino. O surgimento de uma terceira bola, amarela, formará uma tríade que vai desestabilizar a negação e compor um conjunto dinâmico, suprimindo a polaridade de masculino-feminino (GUIMARÃES, L., 2000, p. 97).

Ou seja, nesse caso o novo elemento inserido à relação binária existente seria a cor roxa, predominante em nosso objeto de estudo.

Ainda sobre suas características editoriais, tomemos a capa do Manual de Comunicação LGBT. Já referindo seu público-alvo, há símbolos que remetem à comunicação, mais especificamente à comunicação social tradicional: a lente de uma máquina fotográfica, um bloco de anotações e uma caneta, e um microfone. Ao fundo se encontra a bandeira do movimento LGBT (com as cores do arco-íris) e no canto direito o logotipo da ABGLT (que, por sua vez, também leva o símbolo das cores do arco-íris).

²⁷ Bystrina, Tópicos de Semiótica da Cultura, p. 6, citado por Luciano Guimarães em A Cor como Informação (2000).



Figura 10 - Ilustração da capa do Manual de Comunicação LGBT.

A escolha dos símbolos para a capa indicia uma postura tradicionalista no que diz respeito aos meios de comunicação. O papel e a caneta, e também o microfone, semelhante ao utilizado para gravação de programas de rádio, evidenciam que a instituição em questão está tratando de uma área específica da comunicação, também evidenciada no texto de apresentação. Acredito que estes símbolos indicam também o conservadorismo e a hierarquia com a qual a comunicação social é tratada em relação à comunicação contemporânea, que também engloba plataformas digitais e dispositivos móveis.

Outra constatação disso é que ao apresentar o que é chamado de “Retrato da homofobia na mídia” (2010, p. 24), o Manual aponta 11 casos analisados como homofobia, dentre os quais apenas 2 trazem acontecimentos em plataformas digitais. Além disso, o material cita o que chama de “novas mídias” apenas na apresentação de “Responsabilidade profissional na própria mídia e respeito à diversidade humana” (2010, p. 08), onde explicita algumas de suas plataformas: “internet e comunicação em blogs, sites, celulares, entre outros”.

Esse posicionamento se mostra também como postura conservadora no que se diz respeito aos temas e aos termos abordados, refletidos nas escolhas das imagens ilustrativas de cada tópico. Percebe-se fortemente a preocupação com as cores do arco-íris e com a exposição de símbolos que, segundo o Manual, são adotados pela Comunidade LGBT.

Exemplo disso é a frente temática “11” do documento: *Símbolos do movimento LGBT*, na qual são apresentados alguns símbolos de determinadas áreas abordadas. O arco-íris, por exemplo, é o primeiro a ter uma entrada - como um verbete, seguido pela descrição e significação de cada uma das cores que o compõem.

Arco-íris:

Criado para a Parada Gay da Liberdade de São Francisco, em 1978, o arco-íris transformou-se no principal símbolo do orgulho LGBT em todo o mundo. Representando a diversidade humana, é usado principalmente em bandeiras, mas também é possível encontrá-lo em vários objetos. Há até mesmo lojas especializadas em comercializar produtos com as cores do arco-íris.

Significado das Cores

A bandeira LGBT é formada por seis barras com cores diferentes, cada uma com seu significado. A bandeira não possui “a primeira barra”, ou seja, a bandeira pode começar do vermelho assim como pode começar do lilás.

Vermelho: Luz

Laranja: Cura

Amarelo: Sol

Verde: Calma

Azul: Arte

Lilás: Espírito

Além da versão com seis barras, ainda são vistas atualmente outras versões da bandeira arco-íris em manifestações LGBT. Desde versões com uma barra preta, simbolizando os homossexuais mortos pela AIDS, a bandeiras que misturam as cores do arco-íris com símbolos nacionais ou regionais, pretendendo assim representar a população LGBT desse país ou região.

Figura 11 - Entrada do verbete “Arco-íris”, p. 40 do Manual de Comunicação LGBT.

Outro exemplo do posicionamento tradicional adotado nesse material é a definição do gênero discursivo: o material se apresenta como Manual, que, por premissa, indica o que pode ou não ser feito em determinada conjuntura – ou, neste caso, o que pode ou não ser dito.

Mas é interessante observar que, ao folhear o Manual, percebemos que ele se organiza como um dicionário: apresentando entradas que representam a forma considerada canônica dos termos, ao mesmo tempo que se coloca como um dispositivo que pretende quebrar com a convenção normatizadora vigente a respeito dos temas envolvendo os integrantes do movimento LGBT, como podemos ver no verbete abaixo:

Heteronormatividade:

Expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente e que não seguir essa postura social e cultural coloca o cidadão em desvantagem perante o restante da sociedade. Esse conceito é a base de argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente aos relacionados à formação de família e expressão pública.

Figura 12 - Entrada do verbete “Heteronormatividade”, p. 12 do Manual de Comunicação LGBT.

Dito isso a respeito dos aspectos editoriais do material analisado, podemos afirmar que o mesmo retoma, por um lado, questões tradicionais, tentando se manter no que já está supostamente associado à identidade da Comunidade LGBT (símbolos, cores, estereótipos agregados) e, por outro lado, se coloca como uma tentativa de romper com essa tradição.

2.2. Cenografia: diversos tons

Ainda no âmbito dos aspectos editoriais, podemos perceber uma inconstância. A diagramação do material como um todo não se mostra de maneira homogênea, de forma que algumas caixas destacadas aparecem diferentes de outras. As entradas dos termos também se mostram sem um padrão comum, ora estão por ordem alfabética (dentro de cada linha temática), ora estão seguindo uma ordem que aparenta ser de alguma importância subjetiva.

A seguir, exemplos das entradas para as linhas temáticas “3. Identidade de Gênero” e “5. Homofobia”:

3. IDENTIDADE DE GÊNERO

Identidade de gênero:

É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.²

Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

Androginia:

Termo genérico usado para descrever qualquer indivíduo que assumiu postura social, especialmente a relacionada à vestimenta, comum a ambos os gêneros.

5. HOMOFOBIA

A homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. Esse conceito ganhou o domínio público, no ativismo, na academia e também na mídia, ainda que seja pouco preciso para descrever o largo espectro de fenômenos aos quais se refere.

Fobias:

Distúrbios psiquiátricos que se expressam na forma de aversão e medo mórbido, irracional, desproporcional, persistente e repugnante, que pode e deve ser tratado.

Homofobia:

Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais. Na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays, lésbicas (lesbofobia) e transgêneros (transfobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação. A homofobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade. A homofobia também pode ser manifestada de inúmeras formas pela própria mídia.

Atentado (violento) ao pudor:

Contravenção penal da legislação brasileira que se baseia na tese de que ações que ofendam o pudor público precisam ser reprimidas. Alguns utilizam este argumento para constranger LGBT a não trocarem expressões afetivas em público.

Figura 13 - Entradas para as linhas temáticas “3. Identidade de Gênero” e “5. Homofobia”, p. 16 e p. 21 do Manual de Comunicação LGBT.

Percebe-se, nestes excertos, a oscilação na padronização do material, tanto na questão da diagramação, quanto na questão de conteúdo. Apesar das semelhanças, a primeira entrada mantém um ritmo temático para depois voltar às entradas em ordem alfabética. Já a segunda apresenta uma entrada solta para depois retomar a entrada “Homofobia”, introduzindo “Fobias” sem uma linha temática clara.

Ainda na linha temática “5. Homofobia”, ao virar a página, encontra-se mais um indício dessa oscilação:

Homofobia internalizada:

Refere-se ao medo de ver sua orientação sexual revelada publicamente, levando o indivíduo a adotar atitudes preconceituosas contra LGBT.

Homofobia:

Rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos. A homofobia frequentemente é manifestada em inúmeras ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam para um ódio baseado na orientação sexual do outro(a).

Lesbofobia:

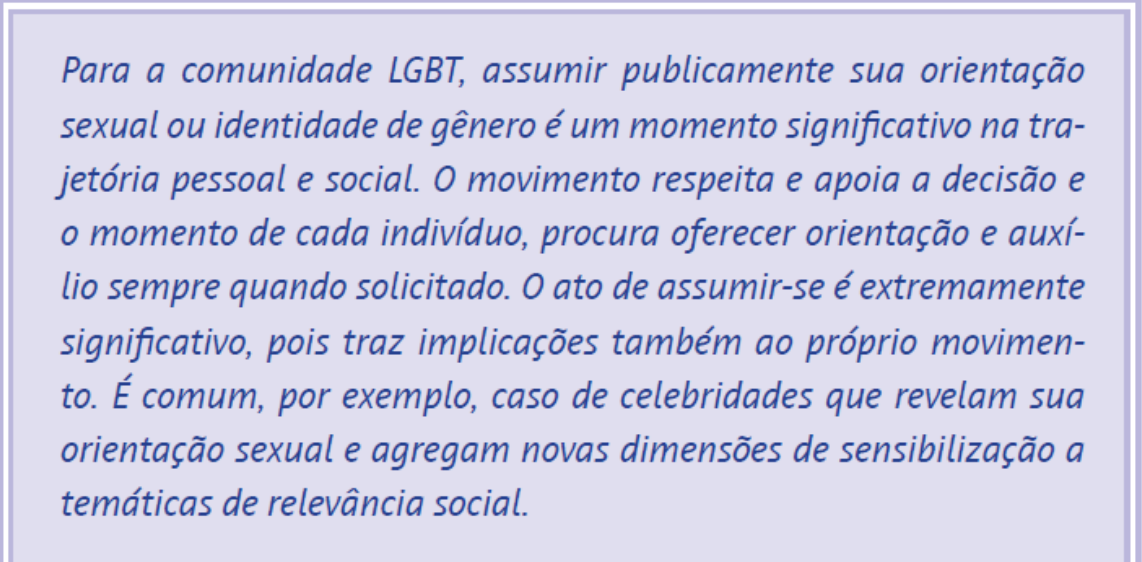
Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às lésbicas. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT.

Figura 14 - Entradas para de “Homofobia Internalizada”, “Homofobia” e “Lesbofobia”, p. 23, do Manual de Comunicação LGBT (marcação minha).

O termo “Homofobia” aparece novamente com mais uma definição, distinta de duas definições que aparecem anteriormente. Ou seja, a palavra “Homofobia” tem três entradas diferentes e é o único termo em que isso acontece, o que nos mostra também como este termo prevalece em relação aos demais, inclusive pelo fato de ser título de uma frente temática do Manual – levando o leitor a associar os demais termos ligados às fobias, e aos crimes de ódio em geral, como componentes desse conceito maior, que seria a **homofobia**. Essa relação será aprofundada mais adiante nesse trabalho.

Apesar do Manual conseguir manter-se linear em relação ao léxico utilizado e a um padrão de definição de suas entradas, é a partir da frente temática “4. Atitude Social” que o leitor entra em contato com algumas oscilações nesse âmbito e no âmbito editorial.

Aqui o leitor se depara com os diferentes tons num mesmo texto: determinados termos são apresentados por meio de um discurso de caráter mais científico, outros mais ligados ao discurso político do ativismo e das políticas públicas, existe uma tentativa de homogeneidade, mas a heterogeneidade se materializa. No caso abaixo, percebemos um discurso mais relacionado ao ativismo.



Para a comunidade LGBT, assumir publicamente sua orientação sexual ou identidade de gênero é um momento significativo na trajetória pessoal e social. O movimento respeita e apoia a decisão e o momento de cada indivíduo, procura oferecer orientação e auxílio sempre quando solicitado. O ato de assumir-se é extremamente significativo, pois traz implicações também ao próprio movimento. É comum, por exemplo, caso de celebridades que revelam sua orientação sexual e agregam novas dimensões de sensibilização a temáticas de relevância social.

Figura 15 - Caixa de texto sobre a frente temática “5. Atitude Social”, p. 19 do Manual de Comunicação LGBT.

A partir deste ponto, o Manual apresenta mais frequentemente o uso de caixas de texto destacadas do texto. Nestas caixas o diálogo se dá de forma mais próxima, o texto é mais longo e menos direto, existe um diálogo no qual é deixada em suspenso a questão do “certo *versus* errado” para informar o leitor sobre algumas expressões ou atitudes ligadas ao movimento LGBT. Isso acontece também nas entradas comuns (ou seja, fora das caixas de texto).

O PLC 122/2006 coíbe a liberdade religiosa?

Não. O projeto de lei não interfere na liberdade de culto ou de pregação religiosa. O que o projeto pretende coibir são manifestações notadamente discriminatórias, ofensivas ou de desprezo. Particularmente as que incitem a violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Ser homossexual não é crime.

Figura 16 - Trecho da caixa de texto intitulada “Dúvidas comuns sobre o PLC 122”, p. 26 do Manual de Comunicação LGBT.

No caso acima temos outro exemplo dessa relação.

2.3. Ancoragem em uma instituição

Da perspectiva discursiva aqui assumida, entende-se o que foi abordado até aqui sempre com uma ancoragem em uma instituição, ou seja, os marcadores editoriais citados e os mais estritamente linguísticos são sempre balizados, neste caso, pela ABGLT, que é uma associação não governamental, cujas principais ações são “Promover a cidadania e defender os direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, contribuindo para a construção de uma democracia sem quaisquer formas de discriminação, afirmando a livre orientação sexual e identidades de gênero” (Disponível em: <<http://www.abgl.org.br/port/missao.php>> Acesso em: 20 dez. 2015).

Dessa forma, existem representantes dessa associação em vários espaços institucionalizados e vinculados ao Governo Federal, como, por exemplo, na Comissão Nacional de Articulação com Movimentos Sociais; no Ministério da Saúde; no Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério da Justiça e na Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Parte daí a figura legitimadora do discurso enunciado.

Assim, essa instituição se coloca no Manual de Comunicação LGBT como a instituição que valida oficialmente o que é enunciado, seria o que Maingueneau (2011) chama de *fiador* do que é dito:

o texto escrito possui, mesmo quando o denega, um *tom* que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do

corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito (MAINGUENEAU, 2011, p. 98).

No entanto, embates acerca dessa instituição se dão o tempo todo nas diversas segmentações do movimento LGBT como um todo. Apesar de se colocar como uma das principais instituições e canais de diálogo com o Estado, existem diversos tensionamentos e deslegitimações da associação dentro do próprio meio.

Como exemplo disso, podemos retomar os embates citados a respeito da sigla em si. Além do que já foi apresentado, existe também o embate acerca do que está sendo visto como a “nova geração” LGBT nos Estados Unidos, os que se sentem representados pela sigla LGBTQIA. As novas letras são referências às palavras *Queer*, *Intersex*, *Asexual* e *Ally*, que englobam outras identidades além das LGBT já apresentadas neste trabalho.

O termo *queer* se mostra como um termo genérico que engloba uma variedade maior de orientações sexuais, além de hábitos, expressões de gênero e até preferências daqueles que não aderem ao padrão hetero-cisnormativo. *Intersexual* é aquele cujas características físicas não são classificadas como exclusivamente masculina ou exclusivamente feminina. *Assexual* é aquele que não sente atração sexual por nenhum gênero (dentro da assexualidade existem também outras variações de identidade). E, por fim, *Ally* seria como o antigo “simpatizante”, ou seja, pessoas que não se identificam como nenhuma das identidades pautadas pelo movimento, mas apoiam suas lutas.

Mais uma vez percebe-se a atualização constante e a fluidez dessas identidades e, com isso das próprias características das lutas empreendidas. Ressaltamos que, neste trabalho, optou-se por utilizar somente a sigla LGBT, pois o material analisado faz uso somente desse termo, inclusive por meio de apagamentos desses outros termos e identidades destacados acima.

Capítulo 3: Aprofundamento da abordagem Teórica

Para continuarmos pensando na dimensão discursiva da circulação dos enunciados, dando um passo adiante, contamos com Maingueneau em *Gênese dos discursos* (2008 B), mais especificamente partindo das noções centrais: *primado do interdiscurso* e *semântica global*.

A noção de *primazia do interdiscurso* pressupõe o discurso em constante relação com discursos outros, mais que isso, afirma a precedência do interdiscurso sobre o discurso. Ou seja, no caso em tela, o discurso que se textualiza no Manual se produz o tempo todo na relação com dizeres anteriores a sua existência e com dizeres em co-ocorrência, que discursivizam sobre comportamentos ou indivíduos que fogem da heteronormatividade ou, mais amplamente, da binaridade tida como padrão, procurando desconstruí-los. Vemos um exemplo claro na entrada abaixo:

Promiscuidade:

Como os LGBT se singularizam por características relacionadas ao sexo, construiu-se um estereótipo que os associa à promiscuidade. Recomenda-se tomar cuidado para não cair nesse reductionismo.

Figura 17 - Entrada do verbete “Promiscuidade”, p. 24 do Manual de Comunicação LGBT.

Para Maingueneau, a interdiscursividade se desdobra em uma tríade: *universo discursivo*, sendo o conjunto de formações discursivas que interagem em determinada conjuntura; *campo discursivo*, entendido como o conjunto de formações discursivas que estão em concorrência (seja confronto, aliança, neutralidade) em determinada região do universo discursivo; e, por fim, o *espaço discursivo* é compreendido como “subconjuntos de formações discursivas que o analista, diante de seu propósito, julga relevante pôr em relação” (Maingueneau, 2008 B, p. 35).

Neste caso, temos que “reconhecer esse tipo de primado de interdiscurso é incitar a construir *um sistema no qual a definição da rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro*” (Maingueneau, 2008 B, p. 35). Ou seja, cada discurso se define em um sistema de restrições semânticas que decorrem de dadas formações discursivas e que traçam na relação com seus outros o que pode ou

não ser dito: “Todo campo discursivo define a maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo” (2008 B, p. 77).

Esse sistema, ou essa *semântica global* é composta por diversos “planos” (inclusive extratextuais) a serem considerados durante uma análise, “integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (2008 B, p. 75), de modo que a “significância discursiva em seu conjunto” (p. 76) seja visada. “Não pode haver fundo, ‘arquitetura’ do discurso, mas um sistema que investe o discurso na multiplicidade de duas dimensões” (p. 76).

Na descrição do objeto em estudo aqui, foi possível ter contato com parte dessas dimensões que terão continuidade ao longo da análise de dados apresentada neste capítulo.

No caso em análise, o que circunscreve o Outro do texto seria o que é chamado de “área da comunicação”, afinal os dizeres estão sendo moldados a fim de que essa área, que trabalha difundindo discursivizações, os adote e, na mesma mão, deixe de reproduzir usos já em circulação. A função fundamental do Manual é refazer sentidos, deslocar sentidos. Vale ressaltar mais uma vez que, aqui, a área à qual o Manual se dirige minimiza diversos meios utilizados atualmente (conforme a imagem da capa e ausência de referências a outras formas de mídia²⁸).

Nessa direção, a pesquisadora Krieg-Planque teoriza a noção de comunicação (aqui tratada como institucional, não conversacional) como “um conjunto de práticas relativas à produção de enunciados dos quais elas próprias são, ao mesmo tempo, antecipações de formas e modalidades de circulação” (2011, s/p.). Ou seja, a comunicação como “antecipação de práticas de retomada”, levando em conta as formas de produção desses enunciados e sua capacidade de serem destacados. Esse caráter destacável dos enunciados pode ser favorecido por diversos procedimentos retóricos (por exemplo, metáfora, metonímia, alegoria, etc.), como é o caso da “cristalização”.

A cristalização se mostra, neste trabalho, a partir dos estereótipos agregados a esta comunidade, estereótipos que este material, a princípio, pretende refutar, mas acaba, como mostraremos, reforçando.

Exemplo:

²⁸ Ver páginas 29 e 30.

Pansexual:

Termo polêmico que se refere a pessoas cujo desejo sexual é abrangente, podendo se dirigir inclusive a objetos.

Figura 18 - Entrada do verbete “Pansexual”, p. 15 do Manual de Comunicação LGBT.

No exemplo acima vemos um estereótipo sendo claramente reforçado e disseminado. Ao afirmar que o termo é “polêmico” e envolve o “desejo sexual” dirigido “inclusive a objetos”, o Manual está anulando o que as pessoas “pansexuais” dizem de sua orientação²⁹. Em adição, está atualizando e reforçando sentidos, associando, inclusive o universo LGBT ao campo de parafilias, que é um retrocesso à luta, uma vez que a saída deste campo pode ser vista como uma conquista do movimento.

É preciso destacar que as parafilias são consideradas como desvios sexuais. Podemos citar como exemplos de parafilias geralmente aceitas pelas convenções sociais o **sadismo**, **masoquismo**, **exibicionismo**, **fetichismo**, etc. Nos deparamos novamente com a associação ao sufixo –ismo.

A partir disso, podemos explorar também a noção de *ethos discursivo* (Maingueneau, D., 2011):

O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo *ethos* como pelas “ideias” que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma *maneira de dizer* que remete a uma *maneira de ser*, à participação imaginária em uma experiência vivida (p. 99).

Ainda, para Maingueneau,

Em última estância, a questão do *ethos* está ligada à da construção da identidade. Cada tomada da palavra implica, ao mesmo tempo, levar em conta representações que os parceiros fazem um do outro e a estratégia de fala de um locutor que orienta o discurso de forma a sugerir através dele certa identidade (MAINGUENEAU, 2008 A, p. 60).

²⁹ Atualmente muito do que se lê sobre a pansexualidade a coloca como um “braço” da bissexualidade. Ou seja, uma pessoa pansexual poderia ser definida como alguém que não sente atração específica por um outro gênero, ou ainda alguém que sente atração por pessoas de qualquer expressão de gênero. Ler mais em: <<http://www.bisides.com/2014/09/19/bissexualidade-e-pansexualidade-qual-e-a-diferenca/>>. Acesso em: 03 jan. 2016.

O Manual procura transmitir um *ethos* da “não-normatividade”, de uma comunidade fluida composta por identidades fluidas, porém, na sua *maneira de dizer* aponta para características que reforçam normatizações, binaridades e até legitima certos estereótipos.

No caso abaixo, por exemplo, nota-se essa disputa:

Identidade de gênero:

É uma experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos e outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.²

Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).

Figura 19 - Entrada do verbete “Identidade de gênero”, p. 16 do Manual de Comunicação LGBT.

No segundo parágrafo, na síntese da definição do termo, primeiramente assume-se a fluidez com que as identidades são tratadas ao afirmar que uma pessoa pode se identificar “como sendo do gênero masculino, feminino **ou de alguma combinação dos dois**”. Mas, logo em seguida, novamente é reforçada a binaridade **homem – mulher**, reforçando a norma vigente: “Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do **gênero masculino (homem)** ou do **gênero feminino (mulher)**”.

No caso exemplificado acima, concluímos que

a noção de *ethos* remete a coisas muito diferentes, segundo seja considerada do ponto de vista do locutor ou do destinatário: o *ethos* visado não é necessariamente o *ethos* produzido. O professor que quer dar uma imagem de sério pode ser percebido como monótono, e aquele que quer a imagem de indivíduo aberto e simpático pode ser percebido como doutrinador ou “demagogo”. Em matéria de *ethos*, os fracassos são moeda corrente. (MAINGUENEAU, 2008 A, p. 61).

3.1. *Cenas de Enunciação*

O material de estudo aqui em questão se coloca declaradamente como “**Manual** de Comunicação LGBT”, porém, como visto anteriormente, o mesmo se mostra com características que associaríamos a um ‘glossário’, apresentando verbetes com vistas a oficializar os termos a serem adotados principalmente pelos profissionais da “área da Comunicação”, o que implica tomar distância de alguns usos e propor novas balizas para certos termos.

Esse “mostrar-se como” é o que Maingueneau refere por *cenografia*: aquilo “com o que se confronta o leitor” (MAINGUENEAU, 2008, p. 87), isto é, a textualização de um discurso. Neste caso, então, uma cenografia híbrida: seria o manual ou seria o glossário?

Para Maingueneau, a cena de enunciação se divide em três cenas: a *cena englobante*, a *cena genérica* e a *cenografia*.

O termo “cena” apresenta ainda a vantagem de poder referir ao mesmo tempo um *quadro* e um *processo*: ela é, ao mesmo tempo, o espaço bem delimitado no qual são representadas as peças (...), e as sequências de ações, verbais e não verbais que habitam esse espaço (...). (MAINGUENEAU, 2014, p. 117).

A cena englobante “corresponde à definição mais usual de “tipo de discurso” que resulta do recorte de um setor da atividade social caracterizável por uma rede de gêneros de discurso” (2014, p. 118), ou seja, no caso em questão, é o que chamaríamos de discurso político, uma vez que o objeto analisado pretende normatizar usos e formas de uso dos termos que são afirmados como “corretos” para se referir a assuntos de interesse da comunidade LGBT. Mas não se pode descartar, também, a presença de traços de um discurso jornalístico, por meio de uma tentativa de aproximação com seu público projetado, portanto preferencial – os encarregados da comunicação social –, além da presença do discurso ativista, que não coincide propriamente com o discurso político mas só existe assentado nele, que se pauta por um posicionamento que reivindica uma explicação do funcionamento social.

A cena genérica é aquela que delimita a cenografia, a textualização com a qual o leitor tem seu primeiro contato, é a cena genérica que dita as normas nas quais o leitor deve se basear para entender um texto, para poder ler sua forma de organização, portanto o que comunica. Ou seja, é a partir desta cena que o leitor criará expectativas do que tem em mãos: neste caso, a cena genérica é declaradamente a de um manual, é uma proposta instrucional que, por definição, estabelece uma hierarquia: quem instrui tem um saber que entende como necessário, mais além, como algo que

deve necessariamente ser oferecido, imposto ou ensinado – a depender do tom com que se instrui – a quem desconhece ou ignora.

Sobre a cenografia, Maingueneau afirma que “enunciar não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia* (2014, p. 122, grifo meu).

A noção de cenografia se apoia na ideia de que o enunciador, por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende enunciar. Todo discurso, por seu próprio desenvolvimento, pretende, de fato, suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima. Esta é imposta logo de início, mas deve ser legitimada por meio da própria enunciação. Não é simplesmente um cenário; ela legitima em enunciado que, em troca, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cenografia da qual a fala vem é precisamente a cenografia requerida para enunciar como convém num ou noutro gênero de discurso (MAINGUENEAU, 2014, p. 123).

Para Maingueneau, esse conceito é ainda mais complexo, apresentando-se a partir de duas modalidades: a “endógena” e a “exógena”. A segunda é tida como “uma cena de fala ‘importada’ de outro universo: ela contrasta com a cena genérica efetiva” (2014, p. 124); já a primeira “não superpõe outra cena genérica” (...) se constrói atribuindo um valor particular às variáveis de qualquer situação de enunciação: quem fala? a quem? onde? quando?” (2014, p. 125).

O objeto que analisamos, segundo essa lógica conceitual, corresponde à chamada cenografia exógena, por importar uma cena (glossário) dentro de outra cena genérica (manual).

3.1.1. A questão dos gêneros discursivos

Partindo dessas formulações, faz-se necessária uma atenção especial no que diz respeito à relação entre **cenografia** e **cena genérica**: “os modos de genericidade”. Para o Maingueneau (2014), é possível pensar em quatro modos do que refere por *gêneros instituídos*, isto é, não conversacionais, a saber:

- Gêneros instituídos de modo (1) – aqueles que “são pouco ou nada sujeitos a variação” (2014, p. 126), como, por exemplo, relatórios, listas telefônicas etc. “A cenografia endógena é, assim, imposta pela cena genérica” (p. 126).
- Gêneros instituídos de modo (2) – são os gêneros rotineiros, como jornais televisivos, porém são aqueles “para os quais os locutores devem elaborar a cada vez uma cenografia endógena singular” (p. 126), podendo ocorrer, no entanto, que

o locutor “recorra a uma cenografia exógena, importando outra cena de fala” (p. 126).

- Gêneros instituídos de modo (3) – “neste caso, é a própria natureza do gênero que exige que a produção recorra a uma cenografia exógena” (p. 127), como seria o caso, por exemplo de materiais publicitários.
- Gêneros instituídos de modo (4) – são aqueles gêneros “aos quais o autor associa uma etiqueta (...) que dá sentido à atividade discursiva, especificando a que título o texto deve ser recebido pelo destinatário” (p. 127), como, por exemplo, “meditação”, “tratado”, “confissão”, “utopia”, “enquete” (p. 127).

De acordo com o que já foi dito até o momento, podemos associar nosso objeto de estudo tanto ao gênero instituído de modo (2) quanto ao gênero instituído de modo (4).

A partir daqui, começamos a perceber a constante disputa entre estabilidade e instabilidade: o Manual de Comunicação LGBT, que pretende instruir sobre usos a firmar, problematiza o gênero discursivo textualizando-se em uma cenografia exógena, por meio de uma cena genérica “etiquetada”.

Para ilustrar esta disputa entre estabilidade *versus* instabilidade na qual se inscreve nosso objeto, podemos ver, por exemplo, o verbete “Parada Gay” (2010, p. 20), no qual a entrada é colocada de forma a desestabilizar o uso consagrado:

Parada Gay:

O termo correto é Parada LGBT, pois o evento é de comemoração da comunidade LGBT. O uso da manchete e expressão Parada Gay não contempla o conjunto das pessoas que organizam e participam do evento, o qual é justamente uma manifestação da diversidade. Da mesma forma, concentrar a cobertura dos meios de comunicação em determinados participantes da Parada, como por exemplo, pessoas seminuas, *go-go boys* de cueca e *drag queens*, passa uma imagem distorcida em relação ao evento, que incluem também famílias, jovens heterossexuais, casais homossexuais, crianças, adolescentes, pessoas idosas, portadoras de deficiências, políticos e assim por diante. **O número de participantes nas Paradas variam de acordo com a fonte de informação. O ideal é consultar os organizadores do evento.**

Figura 20 - Verbetes “Parada Gay”, p. 20 do Manual de Comunicação LGBT.

No entanto, ao fazer isso, está não apenas operando com a oscilação da própria cena genérica, como também acaba, ao mesmo tempo, fortalecendo o termo que se pretende enfraquecer, ou mesmo negar. Explico: instituindo como entrada do verbete “Parada Gay” legitima-se automaticamente esse uso como consagrado, e, conseqüentemente “correta” em seu uso (uma vez que estamos nos deparando aqui com uma cenografia de glossário, portanto que diz como um termo deve ser lido, quais os sentidos autorizados). E, concomitantemente, ao negá-la logo na sequência do texto (“O termo correto é Parada LGBT”), também está sendo deslegitimado o gênero “manual”, ao trazer de alguma forma, em destaque, o “como não fazer” ao invés do “como fazer”.

Assim podemos afirmar que esta cenografia subverte o gênero discursivo reivindicado pela institucionalidade que é fiadora dessa textualização.

3.2. O jogo de instabilidades

Como já foi citado, o Manual de Comunicação LGBT é dividido em 12 capítulos, que chamarei aqui de *frentes temáticas*: cada uma dessas frentes apresenta um tema principal do qual partem alguns conceitos que são especificados. E, como já foi dito, é inegável a semelhança com a cena genérica dicionário, mais particularmente na sua função de glossário, posto que não há classificações gramaticais ou outras indicações técnicas típicas da dicionarização, apenas o

balizamento dos sentidos que se devem autorizar para um dado termo: a partir de cada tema central, seguem alguns termos, como se fossem verbetes, que são descritos. Porém, essas descrições apresentam características sociais e históricas que levam à construção final, a uma definição “geral” do termo. Segue abaixo um exemplo:

1. SEXUALIDADE

Gênero:

Conceito formulado nos anos 1970 com profunda influência do movimento feminista. Foi criado para distinguir a dimensão biológica da dimensão social, baseando-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, no entanto, a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim, gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos.

Figura 21 - Temática seguida pela definição do termo “Gênero”, p. 09 do Manual de Comunicação LGBT.

Esse termo em especial merece destaque por algumas questões estarem sendo colocadas à luz. Uma delas é a diferença entre *gênero* e *sexo biológico*. Temos que, a partir da definição de cada uma das entradas, o primeiro é considerado como uma construção cultural/social, e o segundo é decorrência do discurso de base biológica:

Sexo biológico:

Conjunto de informações cromossômicas, órgãos genitais, capacidades reprodutivas e características fisiológicas secundárias que distinguem machos e fêmeas.

Figura 22 - Entrada do termo “Sexo biológico”, p. 09 do Manual de Comunicação LGBT.

Porém, ao pautar o assunto em outros verbetes, o Manual acaba utilizando-os como se fossem sinônimos, ou como se essa diferenciação não merecesse destaque, como podemos ver no

caso abaixo, no qual os termos *sexo* e *gênero* são mostrados separados apenas por uma barra, causando um efeito de sentido de sinonímia por contiguidade:

Basicamente, há três orientações sexuais preponderantes: pelo mesmo sexo/gênero (homossexualidade), pelo sexo/gênero oposto (heterossexualidade) ou pelos dois sexos/gêneros (bissexualidade). Estudos demonstram que as características da orientação sexual variam de pessoa a pessoa.

Figura 23 - Trecho da entrada do termo “Orientação Sexual”, p. 10 do Manual de Comunicação LGBT.

Dessa forma, o material estabelece um sintagma (sexo/gênero), atribuindo a ele um sentido único, apagando, conseqüentemente, o trabalho de distinção citado anteriormente, e tão almejado pelo movimento.

Outra questão que nos parece relevante considerar acerca do termo *gênero*, e que retoma o conceito de interdiscursividade, diz respeito à *heterogeneidade mostrada* (conforme retomada de Authier-Revuz em MAINGUENEAU, 2008 B, p. 31):

os linguistas são levados a distinguir duas formas de presença do “Outro” em seu discurso: a heterogeneidade “mostrada” e a heterogeneidade “constitutiva”. Só a primeira é acessível aos aparelhos linguísticos, na medida em que permite apreender sequências delimitadas que mostram claramente sua alteridade (discurso citado, autocorreções, palavras entre aspas, etc....). A segunda, ao contrário, não deixa marcas visíveis.

No caso em tela, o próprio Manual coloca o tempo todo em pauta essa presença do Outro, como já foi dito, e, especificamente no que diz respeito ao termo *gênero*, o Manual, além de se mostrar pouco engajado no debate político que está acontecendo (de fato, um Manual não é um espaço de debates, menos ainda um glossário) , mostra-se reforçando mais uma vez a binaridade que a princípio se pretende negar como uma semântica do Outro, excluindo, como podemos ver no exemplo abaixo, características singulares do que o movimento refere por *homem* e do que se refere por *mulher*.

Drag queen:

Homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante para o exercício da profissão em *shows* e outros eventos. Uma *drag queen* não deixa de ser um tipo de “transformista” (consultar abaixo o termo), pois o uso das roupas está ligado a questões artísticas – a diferença é que a produção necessariamente focaliza o humor, o exagero.

Drag king:

Versão “masculina” da *drag queen*, ou seja, trata-se de uma mulher que se veste com roupas masculinas para fins de trabalho.

Figura 24 - Entradas dos verbetes “Drag queen” e “Drag king”, p. 16 e p. 17 do Manual de Comunicação LGBT.

Ou seja, no dado acima, temos a definição de que um *drag king* é apenas a “versão ‘masculina’ da *drag queen*”, com a opacificação produzida pelo aspeamento no termo “masculino” apagando qualquer singularidade que um “drag king” possa ter, tornando essa figura apenas uma espécie de decalque do que se define no primeiro verbete, e um decalque baseado na binariedade de gênero, consequentemente negando qualquer visibilidade de sua especificidade ao mesmo tempo que reforçando as balizas dicotômicas que, como dissemos, o próprio Manual pretende pôr em questão.

Para continuar ilustrando esse jogo de estabilidade *versus* instabilidade no qual se coloca o Manual, tomamos agora o verbete “Opção Sexual” (2010, p. 15):

Opção sexual:

Essa expressão é incorreta. O termo aceito é “orientação sexual”. A explicação provém do fato de que ninguém “opta”, conscientemente, por sua orientação sexual. Assim como o heterossexual não escolheu essa forma de desejo, o homossexual (tanto feminino como masculino) também não.

Figura 25 - Entrada do termo “Opção Sexual”, p. 15 do Manual de Comunicação LGBT.

Aqui vemos que o que Maingueneau chama de *cenografia*, caracterizada como aquilo “com o que se confronta” o leitor, a superfície textual em que um discurso se lineariza (Maingueneau, 2011, p. 87), mais uma vez percebe-se a hibridez da cenografia: seria um manual ou seria um glossário, um dicionário temático?

A escolha da cenografia não é indiferente: o discurso, desenvolvendo-se a partir de *sua* cenografia, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legitima. O discurso impõe sua cenografia de algum modo desde o início; mas, de outro lado, é por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que ele impõe. (MAINGUENEAU, D., 2008 A, p. 117)

Apresentando uma **cenografia de dicionário** mostrada por meio de uma **cena genérica** a princípio atribuída pela etiqueta auto-designada, que é o “manual” ou “material instrucional”, desestabiliza sua própria condição, sua própria identidade genérica, oferecendo uma coleção de verbetes e, neles, textos que oscilam, opacificam, relativizam essas balizas que produzem sentidos, sendo que muitas vezes acaba fortalecendo o que pretende enfraquecer, ou mesmo negar.

No dado acima, intitulado a entrada do verbete como “Opção Sexual”, legitima automaticamente esse termo, que, afinal, é reconhecido como existente, como termo a ser documentado, e, conseqüentemente “em uso” (uma vez que estamos nos deparando aqui com uma cenografia de glossário ou dicionário). A mesma situação acontece com a entrada do termo “Parada Gay” (2010, p. 20) citado anteriormente³⁰, a entrada é colocada de forma a desestabilizar seu uso, mas acaba estabilizando-o.

Outro termo que merece destaque é “homoafetivo”. Podemos perceber a mudança utilizada estrategicamente para que o termo fosse juridicamente aprovado: mantém-se o prefixo *homo* de homossexual e altera-se o que era o radical para uma espécie de afixo: *afetivo*. Retira-se completamente a temática *sexual* do termo, tornando-o “socialmente aceitável”, uma estratégia discursiva que permitiu casais não heterossexuais efetivarem sua União Estável, com as decorrências jurídicas disso: adoção de crianças, participação em planos de saúde, partilha de herança etc.

A entrada no Manual de Comunicação LGBT:

³⁰ Ver página 44.

Homoafetivo:

Adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Este termo não é sinônimo de homoerótico e homossexual, pois conota também os aspectos emocionais e afetivos envolvidos na relação amorosa entre pessoas do mesmo sexo/gênero. É um termo muito utilizado no mundo do Direito. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero.

Figura 26 - Entrada do termo “Homoafetivo”, p. 13 do Manual de Comunicação LGBT.

O Manual diferencia o termo referenciado do termo “homossexual”, no entanto, quando lemos a entrada do termo “homossexual”, encontramos a seguinte descrição:

Homossexual:

É a pessoa que se sente atraída sexual, emocional ou afetivamente por pessoas do mesmo sexo/gênero.

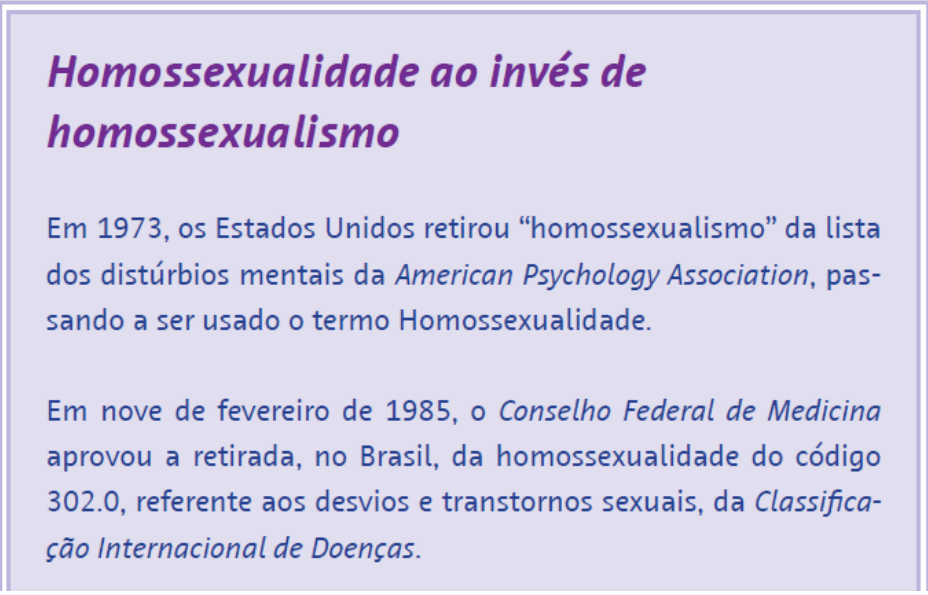
Figura 27 - Entrada do termo “Homossexual”, p. 14 do Manual de Comunicação LGBT.

Percebe-se a semelhança entre os dois termos, sendo estes apenas diferenciados pelo fato de que o primeiro faz referência a um tipo de relação, e o segundo pode fazer referência também a um único indivíduo. E é interessante notar que essa semelhança homologa *homoafetivo* e *homossexual*, ainda que no primeiro dos verbetes se instrua que homoafetivo “não é sinônimo de homoerótico e homossexual”.

Essa instabilidade da definição logo aparece ao compararmos ambas as definições, uma vez que o primeiro é colocado como termo que “conota também os aspectos emocionais e afetivos”, excluindo a possibilidade de uma “relação homossexual” conotar o envolvimento desses sentimentos, além de, mais uma vez, termos o efeito de sinonímia por contiguidade, causado pela junção dos termos “sexo” e “gênero” através do uso da barra.

No caso abaixo, por exemplo, percebe-se que o Manual aponta para esse problema, explicitando o que pode ou não ser dito dentro dessa rede semântica na qual ele mesmo se insere e da qual, ao mesmo tempo, se distancia, que é a “área da comunicação”.

Vemos claramente o modo como se impõe o jogo de o que dizer *versus* o que não dizer, novamente acompanhado pelo histórico e contexto de toda a mudança e sua institucionalização na língua:



Homossexualidade ao invés de homossexualismo

Em 1973, os Estados Unidos retirou “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da *American Psychology Association*, passando a ser usado o termo Homossexualidade.

Em nove de fevereiro de 1985, o *Conselho Federal de Medicina* aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da *Classificação Internacional de Doenças*.

Figura 28 - Bloco: homossexualidade versus homossexualismo, p. 11 do Manual de Comunicação LGBT.

Há uma validação que acontece por intermédio do discurso científico: o sufixo –ismo, que historicamente conota doença, deixa de fazer parte desta construção.

3.3. Os apagamentos

Como citado anteriormente, a construção dos efeitos de sentido neste material também se dá pelos apagamentos que ele produz. Alguns termos recentes e muito utilizados nem sequer são citados no Manual, tais como: expressão de gênero, cisgeneridade, transgeneridade, bifobia, assexualidade, gênero fluido, binaridade/binarismo, queer, poligênero, entre outros.

Além desses apagamentos e dos demais já pautados, também encontram-se os apagamentos por assimilação: termos que supostamente deveriam ter suas classificações únicas são colocados como “opostos” ou “semelhantes” a outros já classificados:

Transfobia:

Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às transexuais. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT.

Figura 29 - Entrada do termo “Transfobia”, p. 24 do Manual de Comunicação LGBT.

Lesbofobia:

Palavra criada para representar a rejeição e/ou aversão às lésbicas. A expressão está mais relacionada às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT.

Figura 30 - Entrada do termo “Lesbofobia”, p. 23 do Manual de Comunicação LGBT.

Ou seja, nos casos das entradas “transfobia” e “lesbofobia”, ao finalizar as definições afirmando que o uso destes termos está mais relacionado “às ações políticas diferenciadas do movimento LGBT”, o termo está sendo associado ao termo título da sua linha temática “Homofobia”, de modo que sua única diferenciação deste seriam essas “ações diferenciadas” a qual a definição faz referência.

Assim, “homofobia” é tido como termo-chave, não havendo a necessidade de que cada um deles possua sua entrada única ao alterar seu prefixo por trans- ou lesbo-, enquanto que o termo-chave (com prefixo homo-), por sua vez, possui 3 entradas de definição, a saber:

5. HOMOFOBIA

A homofobia pode ser definida como o medo, a aversão, ou o ódio irracional aos homossexuais, e, por extensão, a todos os que manifestem orientação sexual ou identidade de gênero diferente dos padrões heteronormativos. Consiste em um problema social e político dos mais graves, mas que varia de intensidade e frequência, de sociedade para sociedade. Esse conceito ganhou o domínio público, no ativismo, na academia e também na mídia, ainda que seja pouco preciso para descrever o largo espectro de fenômenos aos quais se refere.

Figura 31 - Entrada da linha temática “5. Homofobia”, p. 21 do Manual de Comunicação LGBT.

Homofobia:

Tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais. Na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays, lésbicas (lesbofobia) e transgêneros (transfobia) devem ser tratados não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com a punição legal e a educação. A homofobia também é responsável pelo preconceito e pela discriminação, por exemplo, no local de trabalho, na escola, na igreja, na rua, no posto de saúde e na falta de políticas públicas afirmativas que contemplem a comunidade. A homofobia também pode ser manifestada de inúmeras formas pela própria mídia.

Figura 32 - Entrada do termo “Homofobia”, p. 21 do Manual de Comunicação LGBT.

Homofobia:

Rejeição e/ou aversão a qualquer forma de expressão da sexualidade diferente dos padrões heteronormativos. A homofobia frequentemente é manifestada em inúmeras ações discriminatórias, não raro violentas, que apontam para um ódio baseado na orientação sexual do outro(a).

Figura 33 - Entrada do termo “Homofobia”, p. 23 do Manual de Comunicação LGBT.

A partir destas definições, e dos dados apontados acima, concluímos que houve um apagamento da singularidade desse termo: as definições de transfobia e lesbofobia levam apenas o conceito central colocado na terceira definição de homofobia (Figura 33) referente à “rejeição e/ou aversão” a uma determinada parcela da população LGBT.

Como já citado neste trabalho, é uma grande reivindicação da população trans a valorização do uso de termos que fazem referência especificamente a sua parcela do movimento, e ao associar a transfobia como sendo parte de um todo maior, que seria a homofobia, o Manual se

contradiz, uma vez que, como já colocado em pauta anteriormente³¹, existem pessoas transexuais e transgêneras que não se encaixam na classificação “homo”.

Outro apagamento que se verifica no Manual, e neste caso também evidencia mais uma vez sua instabilidade, está exemplificado nos verbetes abaixo.

Intersexuado:

Ver “Intersexual”.

Intersexual:

É o termo geral adotado para se referir a uma variedade de condições (genéticas e/ou somáticas) com que uma pessoa nasce, apresentando uma anatomia reprodutiva e sexual que não se ajusta às definições típicas do feminino ou do masculino.

Figura 34 - Entradas dos termos “Intersexuado” e “Intersexual”, p. 14 do Manual de Comunicação LGBT.

Neste caso, ao utilizar um termo como “link” a outro termo, sem diferenciar ou pontuar se algum deles está incorreto, o Manual os coloca como sinônimos. O mesmo acontece na seguinte entrada:

Hermafrodita:

Ver “Intersexual”.

Figura 35 - Entrada do termo “Hermafrodita”, p. 12 do Manual de Comunicação LGBT.

³¹ Ver página 25.

Em discussões e em glossários³² e dicionários LGBT, a reivindicação acerca da utilização e visibilidade do termo “Intersexual” como sendo o correto para esta parcela da população é frequente. Dessa forma, encontramos nesses verbetes mais um apagamento.

³² Exemplo 1: <<https://eusoqueriaestudar.wordpress.com/2011/05/19/pequeno-manual-de-verbetes-lgbt-para-voce-jornalista-lindo-nunca-mais-falar-o-transsexual-roberta-close/>>. Acesso em: 05 jan. 2016.
Exemplo 2: <<http://ggemis.blogspot.com.br/p/glossario-lgbt.html>>. Acesso em: 05 jan. 2016.

Considerações finais: as vivências e o paradoxo

Se a língua é um instrumento de comunicação, é porque ela está investida de propriedades semânticas e porque ela funciona como uma máquina de produzir sentido, em virtude de sua própria estrutura. E aqui estamos no âmago do problema. (BENVENISTE, E., 2006, p. 99)

Quando começo a me interessar pelo o movimento LGBT e pelas questões de diversidade sexual e de gênero em geral é também, e não coincidentemente, quando começo a questionar a minha própria identidade e meu pertencimento a essa dita comunidade.

Individualmente, meu primeiro e breve contato com esse mundo em questão se deu no então 10º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS³³), que aconteceu na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em Seropédica, no ano de 2012. Mas foi no ano de 2013, em sua 11ª edição na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Maringá, que pude aprofundar e acompanhar melhor as discussões e formações da militância, com enfoque acadêmico.

Ao voltar do encontro, alguns alunos de graduação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) reuniram-se e engajaram-se para discutir a criação de um coletivo de diversidade sexual e de gênero dentro da Universidade. Dessa forma, participei ativamente da formação do hoje chamado Coletivo TRÁ!³⁴ de Diversidade Sexual e de Gênero de São Carlos.

Vale destacar que desde seu início, o coletivo se construiu de forma a não levar em seu nome a sigla LGBT, a fim de abranger diversas identidades que não se enquadrem dentro destas em questão.

Ao longo de sua formação, o Coletivo TRÁ! realizou ações dentro e fora da Universidade, tais como exibição e debates de filmes com temáticas de diversidade sexual e de gênero, participação na construção e divulgação da Semana de Diversidade Sexual e de Gênero de São Carlos, bem como na Parada do Orgulho LGBT de São Carlos, construção de debate para o processo eleitoral para gestão do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFSCar, entre outras.

No ano de 2015, o Coletivo TRÁ! participou da 3ª Conferência Municipal LGBT em São Carlos que aconteceu no dia 30 de maio. Essa conferência é realizada pela Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social a cada 2 anos com o objetivo debater e propor questões de políticas públicas direcionadas à comunidade LGBT da cidade.

³³ Espaço criado para divulgação, fomento e troca de informações e vivências acerca dos estudos de diversidade sexual.

³⁴ Acessar mais informações em: <<https://www.facebook.com/ColetivoTRA>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Essa conferência, em minha vivência pessoal, sem dúvida se mostrou emblemática. Participar ativamente da construção de sugestões e pedidos de melhorias e desenvolvimentos em diversos temas para políticas públicas, e fazer isso a partir de uma construção textual e identitária que abranja e contemple diversas individualidades ali presentes, mostrou-se uma das formas de materialização desse paradoxo do qual falaremos.

Durante a conferência, acontecem grupos de discussão acerca de textos-base com diferentes temáticas, sendo elas: educação, saúde, direitos humanos, cidadania, segurança pública, cultura, esporte e lazer e geração de emprego e renda. Um representante faz a leitura do texto-base construído na conferência anterior, e os presentes fazem anotações e observações acerca do que deve ser acrescentado, retirado ou alterado nesse texto³⁵.

Surgem então os questionamentos e as dificuldades de unificar objetivos, além das discussões acerca do conceito de “local de fala” ou “protagonismo”. Muito utilizados nos movimentos sociais, os conceitos questionam quem pode falar sobre determinado assunto, exaltando as segmentações e as diferentes representatividades na militância. Ou seja, se o assunto em pauta, por exemplo, é a utilização do nome social, o local de fala deve ser exercido por pessoas trans, que possuem idoneidade nesse sentido.

Durante as discussões também surgiu o questionamento sobre o uso de determinados termos, como por exemplo ao modo de se referenciar aos “homens transexuais”. Houve a indagação de que grande parte desta parcela incluída na letra “T” da sigla prefere ser identificada pelo termo “transhomem” e surgiu, a partir daí, a possibilidade desta alteração no texto base.

Ao participar do II Seminário Internacional Desfazendo Gênero que aconteceu entre os dias 4 e 7 de setembro do ano de 2015 na cidade de Salvador, Bahia, pude presenciar novamente a discussão a cerca do “protagonismo”. Em uma mesa de debate a ativista Indianara Siqueira³⁶ que assistia à teórica de estudos de gênero, que está muito em pauta atualmente, Judith Butler³⁷, a questionou sobre a importância da vivência além da teoria, ou seja, como teorizar corpos, vivências e acontecimentos sem fazer parte deles?

³⁵ A leitura do texto final da 3ª Conferência Municipal LGBT de São Carlos pode ser feita em: <<http://conferencialgbtsp.blogspot.com.br/2016/03/3-conferencia-municipal-de.html>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

³⁶ Indianara Siqueira é ativista, representante da causa trans. Ficou conhecida por suas participações em passeatas e debates, como, por exemplo, a “Marcha das Vadias”.

³⁷ Judith Butler é uma teórica estadunidense dos estudos de gênero e Teoria Queer.

Ainda nesse Seminário, muitas questões sobre a falta de recortes e segmentações foram colocadas em pauta, como, por exemplo, a militância e a teorização sem o recorte de raça ou classe social.

Outro exemplo dessa constante atualização e fluidez das relações nessa área foi a recente alteração do nome do já citado Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDS). Em sua 12ª edição que aconteceu em dezembro de 2014 na cidade de Mossoró (RN), foi realizada a alteração para Encontro Nacional em Universidades Sobre Diversidade Sexual e de Gênero (ENUDSG). A mudança foi um pedido pela inclusão do termo “gênero” ao nome além da alteração de “universitário” para “em universidades”, refletindo a necessidade de maior participação, principalmente, das pessoas trans nos espaços acadêmicos.

Vale destacar que a ausência do termo “gênero” do nome deste encontro até recentemente também demonstra o apagamento e a naturalização do não-pertencimento da dita parcela “T” da sigla a determinados espaços, como já foi apresentado anteriormente nesse trabalho.

Ao longo de toda essa vivência e de descobertas pessoais sobre identificar-se ou não, sobre protagonizar ou não determinado local de fala, estudar o Manual de Comunicação LGBT levou-me a compreender também como funciona a militância, principalmente no que diz respeito especificamente ao campo das sexualidades e gêneros. Identificar-se coletivamente com uma causa ou uma identidade aproxima o sujeito de um privilégio inexistente a muitos.

O pensamento dominante em nossa sociedade reluta em aceitar a tese de que a consciência seja social, pois repousa sobre o conceito de individualidade e concebe, assim, a consciência como o lugar da liberdade do ser humano. No âmago de seu ser, ele estaria livre das coerções sociais. Desses conceitos derivam as ideias de uma liberdade abstrata de pensamento e expressão de uma criatividade, que seria preciso cultivar, pois ela seria a expressão da subjetividade individual. A confusão dessas ideias radica-se no próprio conceito de indivíduo, porque o homem não é apenas uma individualidade que reside no espírito. É também e principalmente produto de relações sociais ativas e inteligentes (...). (FIORIN, J. L., 2007, p. 35 e 36)

Sentir-se parte de uma única definição pode parecer muito limitador para alguém que enxerga sua individualidade de maneira exclusiva ou única, no entanto, para muitos que, como vimos aqui, perderam suas casas, suas famílias, seus direitos básicos ao bem-estar, pode ser mais que libertador. A força da militância encontra-se na coletividade, no entanto, essa coletividade não está livre de suas segmentações.

Neste ponto do trabalho percebemos a relação paradoxal entre a busca por categorizações de identidades que são fluidas e atualizáveis. Podemos, então, traçar um paralelo entre a relação língua e militância.

O que muda na língua, o que os homens podem mudar, são as designações, que se multiplicam, que se substituem e que são sempre conscientes, mas jamais o sistema fundamental da língua. É que se a diversificação constante, crescente das atividades sociais, das necessidades, das noções, exige designações sempre novas, é preciso que em troca exista uma força unificante que faça equilíbrio. (BENVENISTE, E., 2006, p. 96 e 97)

A língua está amalgamada com o que é vivido pelo sujeito, sujeito este que é dotado de uma formação ideológica, ou seja, pelo modo de ver o mundo de acordo com as representações e “ideias que revelam a compreensão que uma dada classe tem” (FIORIN, 2007, p. 32). Entramos em contato com essa formação ideológica a partir de uma formação discursiva, por meio de um conjunto de formas, nesse caso textuais, pelas quais é materializada a visão de mundo dessa classe social ou comunidade.

Assim, percebemos que a disputa por uma palavra é a disputa pela descrição de mundo. O discurso que se materializa enceta um sistema de valoração positiva ou negativa socialmente categorizado, uma vez que “sabemos que as normas sociais impõem até que desejos são admissíveis e que desejos são inadmissíveis” (FIORIN, 2007, p. 36).

Esperamos ter demonstrado, com base nos dados apontados, que nossa hipótese inicial de trabalho se comprova, o material analisado reproduz um paradoxo: para conquistar espaço nas políticas públicas, muitos estereótipos acerca das identidades e relações de gênero acabam por ser reforçados constantemente. O manual se coloca como defensor dos direitos LGBT, mas ao mesmo tempo limita e muitas vezes se contradiz ao apresentar suas definições e apagamentos.

Entretanto, como afirma Fiorin (2007, p. 55), “não podemos esquecer que os estereótipos só estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social”.

Isso significa que a linguagem condensa, cristaliza e reflete as práticas sociais, ou seja, é governada por formações ideológicas. (FIORIN, J. L., 2007, p. 54)

Este estudo permite que pensemos, assim, a condição humana.

Apresentamos um fazer político que, enquanto de um lado encontra saídas e conquista direitos para uma dada parcela da população, de outro lado exclui, minimiza e segrega. A militância é também perdas o tempo todo, e uma conquista não significa o melhoramento permanente.

Pode-se concluir que o discurso é, ao mesmo tempo, prática social cristalizada e modelador de uma visão de mundo. (FIORIN, J. L., 2007, p. 56)

Não esperamos, com este trabalho, trazer respostas definitivas, mas incitar questionamentos. O desejo é que estes questionamentos tragam a vontade de construir, pesquisar e continuar buscando por perguntas, e que as respostas não sejam o ponto final.

Referências Bibliográficas

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT**. 2010. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/docs/ManualdeComunicacaoLGBT.pdf>> Acesso em: 27 nov. 2014.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral II**. Tradução Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 2006.

BRASIL. **ADI n. 4277** - Ação Direta de Inconstitucionalidade, de 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=400547&tipo=TP&descricao=ADI%2F4277>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

BRASIL. **ADPF n. 132** - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, de 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=433816&tipo=TP&descricao=ADPF%2F132>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

BRASIL. **Resolução n. 175**, de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br///images/atos_normativos/resolucao/resolucao_175_14052013_16052013105518.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2016.

COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. São Paulo: Ática, 2007.

GUIMARÃES, Luciano. **A cor como informação**: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores. São Paulo: Annablume, 2000.

GREEN, N. James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EDUFSCar, 2014.

KRIEG-PANQUE, Alice. Por uma análise discursiva da comunicação: a comunicação como antecipação de práticas de retomada e de transformação dos enunciados. **Linguagem**. Tradução Luciana Salazar Salgado. São Carlos, n. 16, 2011. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao16/art_001.pdf> Acesso em: 27 nov. 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e Análise do Discurso**. Tradução de Sírío Possenti. 1 Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Tradução de Cecília de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Cenas da enunciação**. Organização Sírío Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 A.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírío Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 B.

MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, L.S. (orgs.). Ethos Discursivo. São Paulo: Contexto, 2008.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e Sexualidade no Brasil**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

Vozeria. Direção: Raphaela Comisso. 2015. 53 min. Formato: digital.

Sites

ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em: <<http://www.abglt.org.br/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

SENALE – Seminário Nacional de Lésbicas. Disponível em: <<https://senale.wordpress.com/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

Bi-sides. Disponível em: <<http://www.bisides.com/>>. Acesso em: 08 jan. 2016.